



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -
SOCIEDADE, ESTADO E
POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA!
A ÚLTIMA FRONTEIRA DEMOCRÁTICA E AS MARCHAS DE MULHERES NA
ARGENTINA, BRASIL E CHILE**

STEPHANY DAYANA PEREIRA MENCATO

Foz do Iguaçu
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA
NA AMÉRICA LATINA**

A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA!
**A ÚLTIMA FRONTEIRA DEMOCRÁTICA E AS MARCHAS DE MULHERES NA
ARGENTINA, BRASIL E CHILE**

STEPHANY DAYANA PEREIRA MENCATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia - sociedade, estado e política na América Latina.

Orientador: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira.

STEPHANY DAYANA PEREIRA MENCATO

A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA!
A ÚLTIMA FRONTEIRA DEMOCRÁTICA E AS MARCHAS DE MULHERES NA
ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia - sociedade, estado e política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Prof. Dra. Patrícia Nakayama
UNILA

Prof. Dra. Élen Schneider
UNILA

Foz do Iguaçu, 09 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho a todxs os corpos feminilizados e/ou não binários cis ou trans, que existem, resistem e por vezes morrem frente à heterossexualidade compulsória. Meninas e mulheres cis/trans, sapatões, Dykes, Tomboys, lésbicas, bissexuais, pansexuais, etc., que exercem sua identidade sexual e de gênero livremente pelo amor e pelo prazer de terem a si mesmas e a outras mulheres como companheiras e amantes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, Linar, mulher forte, guerreira, que encara a vida de frente e me ensinou a seguir sempre em frente, com coragem, garra, sinceridade, honestidade, buscando minha liberdade, defendendo meus ideais e minhas ideias, ajudando a construir um mundo melhor.

Agradeço ao meu pai, Ronélio, que me apoiou nos últimos anos e desejou o melhor para mim, o que me permitiu chegar até aqui. Ao meu melhor amigo, Edilson, por todos os abraços fortes e força que me passou ao longo dos mais de 10 anos em que caminhamos em paralelo, e especialmente por sempre encontrar um tempinho para revisar meus trabalhos mais importantes.

Em especial, agradeço às minhas irmãs, Grazielle, Denise, Luara e Milena, aos meus irmãos Luan, Igor e Nicolas à minha sobrinha Bianca e aos meus sobrinhos Apolo e Noah, à minha prima Natasha e as minhas amigas Priscila e Aline. Não é possível para mim expressar o quanto os amo e quão centrais são aos múltiplos processos que culminaram nesse trabalho.

À Mildred por me motivar a seguir em frente, alçar voo e encontrar novos caminhos, tornando esse não apenas um ponto final, um trabalho de conclusão de curso, mas um ponto de partida, reticências que me encaminham a um futuro que, agora, posso apenas imaginar.

Agradeço a minha professora orientadora, Renata, não apenas pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo, por sua amizade, parceria, apoio e incentivo constantes que se estenderam ao longo dos anos pelos corredores e salas da UNILA. Tê-la a partir do próximo ano como veterana no Doutorado me faz caminhar com a certeza de que trilho um caminho já trilhado por alguém admirável e capaz, me dando a tranquilidade de uma escolha acertada para meu futuro.

Às professoras Patrícia e Elén da banca pelas orientações, em especial à última por ter me acompanhado ainda antes do ingresso no curso em diversas militâncias, palestras e atividades, que ao longo dos últimos anos permitiram transcender os bancos da academia, unindo teoria e prática, bem como uma relação de amizade e de ensino.

Por fim, agradeço a todos os colegas de curso e à UNILA pelas trocas e saberes, pela revolução que causaram em mim e pelo apoio que culmina nessa pesquisa.

*Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados - **Glória Anzaldúa.***

MENCATO, Stephany D. Pereira. **A revolução será feminista!** A última fronteira democrática e as marchas de mulheres na Argentina, Brasil e Chile. 2019. 84. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciência Política e Sociologia - sociedade, estado e política na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Este trabalho objetiva abarcar os movimentos e marchas de mulheres ocorridas no ano de 2018 em três países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Chile. O entendimento destes processos se dará a partir da consideração do papel das lutas feministas pela ampliação da fronteira democrática, considerando-se debate e as demandas sobre gênero e diversidade em um cenário regional marcado pela crise democrática e por retrocessos de ordem neoconservadora que atingiram frontalmente os avanços das últimas décadas e as possibilidades de avanços destes movimentos. Para atingir esses objetivos, esta pesquisa abarca as teorias feministas com especial atenção para as teorizações compreendidas no marco da ciência política e suas contribuições para o campo da teoria democrática. No campo político também será considerado o fato de que os três países analisados contaram com a ascensão de presidentas mulheres pertencentes ao bloco progressista e que seus governos foram alvo da recomposição das forças políticas conservadoras, denotando o forte caráter de gênero que levaram estes países a uma crise democrática. Nesse contexto, será destacado o papel do movimento feminista, que nos três países, não apenas destacou suas demandas próprias, mas, sobretudo, se colocou como porta-voz principal na luta pela democracia e por uma realidade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Feminismo. Crise democrática. Marcha de mulheres. Cone sul. Gênero.

MENCATO, Stephany D. Pereira. **The revolution will be feminist!** The last democratic frontier and women's marches in Argentina, Brazil and Chile. 2019. 84. Final Paper of Political Science and Sociology - Society, State and Politics in Latin America, Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

This paper aims to cover the movements and marches of women that occurred in 2018 in three countries of the Southern Cone, Argentina, Brazil and Chile. The understanding of these processes will be based on the consideration of the role of feminist struggles for the widening of the democratic frontier, considering debate and the demands on gender and diversity, in a regional scenario marked by the democratic crisis and neoconservative setbacks that struck head on. the advances of the last decades and the possibilities of advances of these movements. To achieve these goals this research embraces feminist theories with special attention to the theorizations comprised in the framework of political science and their contributions to the field of democratic theory. In the political field, it will also be considered that the three countries analyzed counted on the rise of female presidents belonging to the progressive bloc and that their governments were the target of the recomposition of conservative political forces denoting the strong gender character that led these countries to a democratic crisis. In this context, the role of the feminist movement, which in the three countries, not only highlighted its own demands, but above all, stood as the main spokesperson in the struggle for democracy and for a more just and inclusive reality.

Key words: Feminism. Democratic crisis. March of women. Southern Cone. Gender.

MENCATO, Stephany D. Pereira. **¡La revolución será feminista!** La última frontera democrática y las marchas de mujeres en Argentina, Brasil y Chile. 2019. 84. Documento Final de Ciencia Política y Sociología - Sociedad, Estado y Política en América Latina, Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguazu, 2019.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo cubrir los movimientos y marchas de mujeres que ocurrieron en 2018 en tres países del Cono Sur, Argentina, Brasil y Chile. La comprensión de estos procesos se basará en la consideración del papel de las luchas feministas para la ampliación de la frontera democrática, considerando el debate y las demandas sobre género y diversidad, en un escenario regional marcado por la crisis democrática y los reveses neoconservadores que golpearon de frente. Los avances de las últimas décadas y las posibilidades de avances de estos movimientos. Para lograr estos objetivos, esta investigación abarca las teorías feministas con especial atención a las teorizaciones comprendidas en el marco de la ciencia política y sus contribuciones al campo de la teoría democrática. En el campo político, también se considerará que los tres países analizados contaron con el surgimiento de presidentas pertenecientes al bloque progresista y que sus gobiernos fueron el objetivo de la recomposición de las fuerzas políticas conservadoras que denotan el fuerte carácter de género que llevó a estos países a una crisis democrática. En este contexto, el papel del movimiento feminista, que en los tres países, no solo destacó sus propias demandas, sino sobre todo, se erigió como el principal portavoz en la lucha por la democracia y por una realidad más justa e inclusiva.

Palabras clave: Feminismo. Crisis democrática. Marcha de mujeres. Cono Sur. Género.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - Eva Perón 01/05/1952	19
FOTO 2 - Campanha pelo voto feminino no Chile	20
FOTO 3 - Mulheres brasileiras vão às urnas pela primera vez em 1933	21
FOTO 4 - Em 1968, as atrizes Eva Todor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengell, marcharam contra a censura do governo em plena ditadura militar.....	24
FOTO 5 - As avós Matilde Herrera, Clara Jurado e Eva Barrios, em marcha em 1987.	25
FOTO 6 - Manifestação feminista contra o regime militar chileno.....	26
FOTO 7 – Foto oficial da presidenta Dilma Rousseff	30
FOTO 8 - Michelle Bachelet.....	33
FOTO 9 - Cristina Kirchner.....	34
FOTO 10 e FOTO 11 – Onda Lillás, Maio Feminista, Movimento Feminista no Chile em 2018.	61
FOTO 12 - Manifestação ocupa 4 Km de ruas no centro de Santiago, no Chile, em março de 2019.....	63
FOTO 13 - Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina em 2018.	66
FOTO 14 - Manifestação que inaugurou a jornada de mobilizações pela legalização do aborto na Argentina em 2019.....	66
FOTO 15 – Cinelândia, Rio de Janeiro em ato Ele Não no Brasil.....	70
FOTO 16 – São Paulo, ato Ele Não, Brasil 2018.	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA - Estados Unidos da América

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades sexuais e de gênero

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

URSS - União Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TEORIAS FEMINISTAS E DEMOCRACIA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE	17
	2.1 TEORIAS FEMINISTAS: AS QUATRO ONDAS FEMINISTAS.....	17
3	TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA SE PENSAR A DEMOCRACIA.	37
	3.1 MOVIMENTOS E MARCHAS DE MULHERES EM TORNO DA DEFESA DA DEMOCRACIA	49
4	DEMOCRACIAS GOLPEADAS: DA CRISE GLOBAL À ASCENSÃO DA DIREITA CONSERVADORA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE	51
	4.1 A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA! ONDA LILÁS, LENÇOS VERDES E ELE NÃO: MULHERES PELA DEMOCRACIA.....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

Durante boa parte da primeira década do século XXI, a economia latino-americana alcançou significativos índices de crescimento econômico, superiores aos verificados nas décadas de 1990, restando consolidado um período também de estabilidade política. Entre os anos 2008 e 2009, o cenário começa a apresentar mudanças, ao eclodir uma crise capitalista de efeitos globais, que iniciada com a chamada Bolha Imobiliária nos Estados Unidos da América (EUA), levou em 2009 e 2010 à crise da dívida Europeia, e nos anos seguintes, à uma crise política e econômica que atingiu de modos distintos, mas generalizados, os países latino-americanos, instaurando, a partir de então, um período de instabilidade política e estagnação econômica que os afeta até os dias atuais.

Nesse cenário de crise econômica acompanhada de instabilidade política, é possível vislumbrar o fortalecimento de uma série de movimentos populares de cunho político, dentre eles de movimentos feministas, como as marchas de mulheres. Essas convulsões populares levaram às ruas milhões de pessoas em diversos países, apontando um cenário de crise democrática global, que afeta sobremaneira as jovens democracias latino-americanas, que viram fortalecer discursos políticos que se reivindicam (neo)tradicional-conservadores e vêm acompanhados de medidas econômicas neoliberais ainda mais acentuadas como modo de recuperação e salvação dos Estados.

Dialogamos, desse modo, com teorias que afirmam uma crise política democrática generalizada nos países latino-americanos, e buscamos compreender a realidade política que afeta em especial três países do Cone Sul, Brasil, Argentina e Chile, não por serem os que mais representam a crise da democracia, mas porque, ali, as marchas de mulheres, se mostraram com grande expressão na luta pela democracia.

As manifestações e marchas de mulheres ganharam visibilidade na arena pública nos três países do Cone Sul, não apenas ao trazerem velhas e novas bandeiras com reivindicações concernentes ao movimento e ao debate em torno de temas como o aborto legal, respeito à democracia e aos direitos humanos, igualdade de gênero e diversidade, mas também ao se posicionarem como baluartes em defesa da própria democracia, em uma crítica contundente ao avanço vislumbrado do neoconservadorismo e do neoliberalismo na América-latina.

Buscamos, assim, apontar relações, à luz da teoria política feminista, entre os movimentos e marchas de mulheres existentes nos três países, com atenção especial às marchas feministas que levaram milhões as ruas desses Estados no ano de 2018, e ficaram conhecidos como *Ele Não*, *Lenços Verdes* e *Onda Lilás*. Ainda que existam outras

nomenclaturas referentes aos mesmos processos, compreendemos que essas marchas, além de expressões da crise democrática nesses países, se consolidaram como movimentos que sinalizam fronteiras democráticas a serem ultrapassadas, no sentido de ampliação da cidadania e de uma democracia com maior inclusão e participação.

Ainda que as bandeiras e as razões iniciais de luta sejam a priori distintas, elas se tocam em diversos momentos, sendo que as marchas de mulheres levaram às ruas milhões de pessoas no ano de 2018, tendo em comum suas convocações por meio de mídias sociais online e de acesso gratuito, a auto intitulação de feministas, a defesa de um processo democráticos participativo, a defesa das mulheres nos espaços sociais, a denúncia da violência institucional patriarcal, além da força capaz de seguir inspirando mobilizações em curso no ano de 2019 nos três países.

No Brasil, com a #EleNão em defesa da democracia e dos direitos humanos, o movimento feminista se ergueu em um processo de resistência às declarações e bandeiras do então presidenciável Jair Bolsonaro, e encontrou nas argentinas com seus laços verdes e slogan #NiUnaMenos uma complementariedade e inspiração na luta pela democracia, somadas a afirmações em defesa da despenalização do aborto sem restrições até a 14ª semana de gestação e legalização do feminicídio, pautas que, com força internacional, se somavam também à onda lilás sob a #NosotrasParamos das chilenas em sua luta pelo fim do abuso e violência contra jovens estudantes universitárias, bem como da criminalização da luta dos povos indígenas e do machismo sistêmico.

A metodologia de pesquisa do presente trabalho de conclusão de curso é composta pela revisão bibliográfica, “feita a partir de bibliografia variada, ou seja, engloba livros, revistas, jornais, publicações técnicas, dentre outras fontes escritas” (TOLEDO; GONZAGA, 2011, p. 88). A revisão elaborada busca estabelecer as bases sobre as quais se reflete e estabelece os elementos de comparação que levarão à conclusão do problema de pesquisa, organizando, assim, consulta à bibliografia primária e secundária sobre os movimentos de mulheres, a crise democrática regional e as marchas que ocorreram nos três países do Cone Sul.

Utiliza-se também o método comparativo, que nos permite “descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidade e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 1). Se busca, desse modo, sinalizar as similitudes e especificidades dos movimentos e dos contextos nacionais avaliados, tendo sido realizada ainda, ao longo das pesquisas entrevistas específicas a fim de complementar os elementos em análise.

Todos os elementos passam por uma análise de conteúdo que terá como fim ressaltar as especificidades de pautas e relevâncias de cada movimento social. Importante ressaltar, que, “Contrariamente à linguística, a análise de conteúdo em ciências sociais não tem como objetivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 226), assim, esta pesquisa a utiliza de modo a ressaltar o peso da teoria política feminista para o debate no âmbito da teoria democrática contemporânea, sendo que este trabalho também assume sua porção teórica, orbitando junto à teoria política contemporânea e como essa pode lançar luzes à compreensão dos processos políticos atuais.

Optou-se por manter as citações diretas de autoras (es) espano em sua versão original por se compreender a importância de ressaltar a identidade latino-americana tão marcada pela mistura idiomática português-espanhol, fato que se ressalta também ao se dialogar em especial com teóricas latino americanas.

O trabalho está dividido em três capítulos, cada um com um subcapítulo. O primeiro nos apresenta uma vinculação inicial entre teoria feminista e democracia, e seu subcapítulo busca revisar o percurso histórico que funda os aportes teóricos feministas nos três países estudados em suas práticas teóricas e militante.

O segundo, dialoga com diferentes teorias políticas, em especial feministas, afim de fixar um marco teórico sobre o qual se funda nosso debate em torno da democracia. Seu subcapítulo busca apontar os processos políticos e democráticos reivindicados pelos movimentos de mulheres contemporâneos na Argentina, no Brasil e no Chile.

O capítulo final realiza uma reflexão sobre o momento progressista que viveram os três países no final do século XX bem como o avanço neoconservador observado ao final da segunda década do século XXI, fatores que se somam e contam ao refletirmos o fortalecimento dos movimentos e marchas de mulheres em torno da defesa da democracia.

Seu subcapítulo é responsável pelo debate acerca dos princípios democráticos defendidos pelos movimentos *Lenços Verdes*, *Ele Não* e *Onda Lilás*, buscando elementos a fim de apontar a magnitude e importância dessas marchas históricas e suas capacidades revolucionárias na construção de uma sociedade mais igualitária e participativa.

As considerações finais traçam uma reflexão breve acerca dos debates teóricos políticos democráticos postos em prática nos movimentos contemporâneos no Brasil, Chile e Argentina, constituindo-se não apenas como teoria, mas reivindicação corpórea de uma sociedade mais democrática, participativa e equânime.

Opta-se ao longo do trabalho por manter as expressões e nomes utilizados pelos movimentos, bem como as citações no idioma original quando em espanhol a fim de respeitar as lutas e reivindicações desses grupos, bem como valorar a produção nos dois idiomas, as entrevistas desenvolvidas e apresentadas ao capítulo final da pesquisa são citadas de modo a garantir o anonimato das entrevistadas, sem contudo descaracterizar o conteúdo parafraseado.

2 TEORIAS FEMINISTAS E DEMOCRACIA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Neste capítulo, o objetivo será contextualizar teórica e historicamente o campo da teoria política feminista em seu duplo aspecto, teórico e prático, compreendendo que as teorias feministas são essencialmente políticas e indissociáveis da prática militante por emergirem da vivência cotidiana dos corpos feminilizados.

As reflexões feministas trouxeram “uma contribuição fundamental para a teoria da democracia ao ampliar (...) a amplitude do que podemos considerar como um discurso democrático” (RODRIGUEZ, 2017, p. 201), e é disso que este capítulo trata. Subdividido em duas partes, a primeira aponta as teorias feministas e seus principais debates em cada período histórico nos três países estudados durante suas quatro *ondas*.

As ondas feministas não são uma divisão fixa e pacificadas teoricamente, contudo, nos permitem refletir elementos centrais mais visíveis em cada momento histórico das lutas feministas, tampouco são embates totalmente superados a cada novo ciclo, ao contrário, o que se percebe é a somatória e o conflito entre novas e velhas pautas ao longo do tempo.

De modo geral, portanto, assumimos que mesmo as mulheres terem sempre atuado nas lutas sociais, é possível apontar 4 momentos distintos após o séc. XIX, em que o movimento feminista se estabelece e consolida nos três países estudados, primeiramente com as reivindicações sufragistas; a seguir, instaurados os tempos de ditadura, nas lutas por democracia; no terceiro momento, se consolidam as democracias e há uma aproximação dos movimentos com o Estado; e o mais atual, em que se afirma a incapacidade dos Estados em cumprir com as reivindicações feministas e se formam movimentos com milhões de pessoas que tomam as ruas de suas cidades.

O segundo subcapítulo traz, por fim, a complementação do pensamento acerca da teoria política e democrática, em especial em seus eixos interseccionados de gênero, sexualidade, raça e classe, apontando, dessa forma, as bases sobre as quais será possível compreender o capítulo seguinte em sua análise contemporânea do cenário democrático, em que se consolidam os movimentos massivos feministas argentino, brasileiro e chileno.

2.1 TEORIAS FEMINISTAS: AS QUATRO ONDAS FEMINISTAS.

Partimos da compreensão de que as teorias feministas travam debates acerca de temas centrais às sociedades atuais, se consolidando como uma forma de pensamento sobre a qual se fala na maioria dos lugares do mundo, e por isso mesmo tem se tornado um pensamento combatido e denegrido, uma vez que “bajo la palabra feminismo, para bien o para mal, se entiende lucha de las mujeres, movimiento de mujeres, mujeres que luchan por mujeres” (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 12).

Desse modo, falar da história dos movimentos e teorias feministas é um campo complexo, e se complexifica ainda mais a cada dia, pois existem debates, tensões, polêmicas e conflitos entre as diversas correntes feministas.

Mesmo ao buscar descrever suas trajetórias, impasses e conquistas, acaba-se, de diversos modos, utilizando “metáforas como ‘ondas’, ‘estações’, ‘cenários’, ‘ciclos’, para se descrever as lutas e as transformações provocadas pelo feminismo ao longo dos séculos” (SCHUMAHER, 2018, p. 21), e cada uma dessas expressões traz suas vantagens e críticas. Aqui usarei a expressão *ondas* em diálogo com o entendimento de que “o movimento feminista, teve início no século XIX, o que chamamos de primeira onda” (RIBEIRO, 2014).

Por mais que antes desse período já houvessem inúmeras produções e lutas de e por/para mulheres, e por isso mesmo tal definição se esteja estabelecida como uma questão pacífica, neste trabalho se aceita a ideia de que a primeira onda feminista se estabeleceu concretamente no início do séc. XIX, e teria se ocupado, em especial, das reivindicações de direito ao voto e à vida pública, ainda que, como veremos ao longo deste capítulo, englobassem outros debates.

A importância central desse momento, que posteriormente será criticado, é o reconhecimento da luta de diversas mulheres, bem como a conquista de direitos centrais “no ha habido ninguna concesión, nadie nos ha regalado el voto a las mujeres, fue una conquista en la que se ha puesto el cuerpo y la vida” (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 28), essa valorização se faz importante, pois, atualmente, por vezes, acabam sendo descritos como direitos obtidos sem lutas, advindo de uma evolução ou progresso natural da sociedade.

Tais discursos que ocultam todas as batalhas e manifestações de mulheres que levaram a esses acessos, da conquista do direito ao voto aos enfrentamentos feministas junto ao “processo de luta contra a escravidão, o direito de acesso à educação de qualidade e à luta pela conquista dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres” (SCHUMAHER, 2018, p. 21).

Paredes e Guzmán (2014, p. 28), apontam que essa primeira onda, com

seu movimento centralmente sufragista, buscava em especial reformas liberais, dessa forma, não lutavam contra o capitalismo ou o patriarcado de modo específico como posteriormente será possível identificar. Buscava-se, na verdade, a igualdade entre iguais, homens e mulheres burgueses, brancos, heterossexuais, o que será destacado como um caminho que levou a exclusão e silenciamento de diversos sujeitos dentro desse movimento.

Na história argentina, Eva Perón pode ser apontada como uma das grandes figuras dessa primeira onda, pois a primeira dama do segundo presidente argentino esteve à frente do movimento sufragista argentino, e foi central nos processos que levaram o país a aprovar o voto feminino no Congresso em 23 de setembro de 1947. Figura histórica, Evita, como ficou conhecida, deu seu último discurso em 1º de maio de 1952, fato registrado na imagem abaixo, tendo falecido pouco tempo depois.

FOTO 1 - Eva Perón 01/05/1952



Fonte: Gestar (2018).

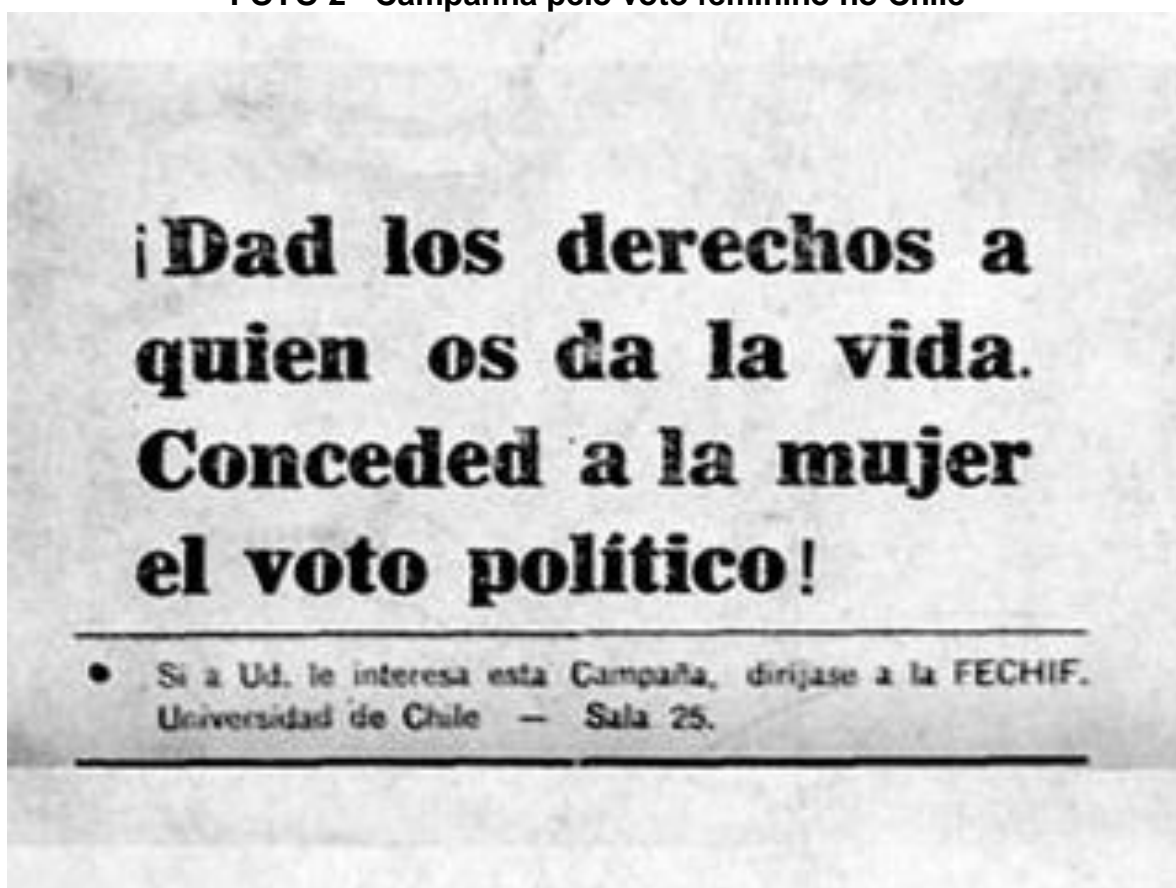
Enquanto Evita estava à frente do movimento político de mulheres na Argentina, no Chile, entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, o movimento sufragista, como por muitos lugares do mundo, teve lugar, “reivindicando o direito de votar e a emancipação da mulher” (ROBERTS, 2007, p. 20). Nesse período também foram criadas no país diversas organizações de mulheres, que ainda influenciam as atividades feministas

chilenas.

O voto feminino foi debatido no Chile desde 1920¹, “Sin embargo, la oposición de los partidos anticlericales y de izquierda, debido a la tendencia conservadora del electorado femenino, retardó por varias décadas más la concesión de ese derecho” (MUSEO HISTORICO LA SERENA, 2016). Somente em 1934 a lei do voto feminino para eleições municipais foi aprovada no país, e em 1949, para o voto presidencial e parlamentar federal. Assim, as mulheres chilenas participaram pela primeira vez das eleições presidenciais em 1952, um ano depois das argentinas que foram, de fato, às urnas somente em 1951.

O Museu Histórico Gabriel González Videla possui um acervo com documento e imagens, como a retratada abaixo, da campanha pelo voto feminino realizada no Chile durante esse período.

FOTO 2 - Campanha pelo voto feminino no Chile



Fonte: Museo Historico La Serena (2016)

Assim como na Argentina e no Chile, “No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto” (PINTO,

¹ A história completa do movimento sufragista de mulheres chilenas é narrado por ELTIT(1994).

2010, 15), porém, já em 1932, por meio de um decreto do então presidente Getúlio Vargas, as mulheres passaram a ter o direito ao voto nas eleições nacionais, sendo que “Em 1934 as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas no Código Eleitoral e em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres” (CASSEB, 2018).

FOTO 3 - Mulheres brasileiras vão as urnas pela primeira vez em 1933



Fonte: TRE-PR (2018).

No Brasil, no ano de 2015, em um ato de referência a conquista do movimento de mulheres do sufrágio, a então presidenta da República, Dilma Rousseff, instituiu por meio da Lei 13.086/15 o dia 24 de fevereiro como o *Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil*. No entanto, assim como na Argentina e no Chile, nessa primeira fase, “a orientação do movimento ia no sentido de reivindicar determinadas igualdades, até mesmo jurídicas, entre homens e mulheres, ficando assim nos limites da proposta liberal” (MARIANO, 2001, p. 15).

Ainda que com a conquista nos três países do voto das mulheres e o avanço em pautas progressistas, o mundo e a América Latina, por consequência, acompanham fenômenos globais que afetarão esses avanços. Entre 1939 e 1945, ocorre a Segunda Guerra Mundial. Com seu fim se inicia o período da Guerra Fria, marcado pelo embate indireto entre as duas grandes potências econômicas da época, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), até a extinção da URSS em 1991. Entre 1955 e 1975 ocorre também a Guerra do Vietnã.

Se o Liberalismo clássico, enquanto conjunto de pensamentos econômicos

e políticos era o que reinava entre os séculos XVIII e XIX, com o qual inclusive se aproximava a primeira onda feminista, sendo que “após 1945 eram quase todos Estados que, deliberada e ativamente, rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado” (HOBSBAWM, 1994, p. 141), inclusive nos países latino americanos que viam no Estado intervencionista o único meio de superar o atraso e dependência econômicos, o que emerge na virada dos séc. XIX para o séc. XX são as pautas neoliberais, com um ideal de Estado Mínimo e desmonte das políticas de estado.

Entre as décadas de 1960 e 1990, nos três países estudados, a onda de democratização é interrompida com uma série de golpes de Estados e ditaduras militares, que mais cedo ou com um pouco mais de resistência democráticas e por isso tardios, como no caso chileno, atingem os países latino-americanos, em grande medida sob os discursos da ameaça comunista, da necessidade de freios às democracias e suas corrupções, e será nesse contexto que emergirá a segunda onda feminista, em defesa aos processos democráticos.

A ditadura militar no Brasil ocorreu entre 1964 e 1985, na Argentina, de 1966 a 1973. Já no Chile, entre os anos 1973 e 1990. Não será alvo desta pesquisa os detalhes específicos de cada período, em cada um dos países, o que é central nesse momento é que a segunda onda, iniciada em meados do séc. XX, na década de 70, e pode ser tomada como um “fenômeno social que marcou uma época” (FRASER, 2019, p.25), tendo emergido juntamente com um momento de crise democrática em diversos países, e teve por bandeiras principais, ainda que com variações regionais, a igualdade e a valorização da mulher no mercado de trabalho, o direito ao prazer e contra a violência sexual, além de um embate contra as ditaduras militares. “O verdadeiro novo na segunda onda foi o entrelaçamento, na crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, de três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: a econômica, a cultural e a política” (FRASER, 2019, p. 27).

Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pelas manifestações dos movimentos feministas latino-americanos, que denunciaram não somente às intervenções repressivas exercidas pelos regimes militares como também as amarras e imposições de uma sociedade pensada segundo os critérios do patriarcado, entendido na época como um sistema de dominação masculina, estruturado tanto nas instituições da vida pública como privada (HIRATA, 2009, p. 175).

Reivindicações de um feminismo internacional, que começa a se concretizar naquele período é também um dos marcadores centrais desse movimento. O que se firma nesse momento é a importância da contribuição das teorias feministas,

mostrando-se que sua dimensão política não possui implicações somente internas, ou seja, não só “entre as próprias teorias feministas, mas nas teorias política como um todo, que foi obrigada a rever diversos de seus pressupostos antes tidos como universais” (SANCHEZ, 2017, p. 1).

É durante essa segunda onda onde diversas críticas internas afetam o movimento feminista, o que possibilita a imersão de uma pluralidade de organizações e reivindicações invisibilizadas pela primeira onda. Nesse contexto, o movimento teórico de mulheres lésbicas como movimento social aparece no mundo ocidental se desenvolvendo em “estrecha vinculación ideológica y organizativa (...) por un lado, el movimiento feminista llamado de la ‘segunda ola’, y por el otro, con el movimiento homosexual, que se va construyendo rápidamente después de la insurrección urbana de 1969 en Stonewall” (FALQUET, 2006, p. 4).

É possível observar um alinhamento inicial, nessas duas primeiras ondas da teoria feminista, com o discurso da modernidade desenvolvimentista, pois o pensamento moderno parecia apontar “ao feminismo caminhos possíveis para a emancipação feminina, isto é: a meta política da construção da igualdade e, portanto, do enfrentamento e da superação da subordinação da mulher na sociedade patriarcal” (MACÊDO, 2011, p. 33).

Feministas do Brasil e Argentina, exiladas em decorrência das ditaduras em seus países, vivenciaram e tiveram contato com o Chile, enquanto ainda em democracia, bem como Estados Unidos e países da Europa, e foram centrais nos processos de resistência às ditaduras.

No Brasil, esse período é marcado por reviravoltas e uma história dinâmica. A década de 1960 inicia com uma revolução musical a partir do movimento Bossa Nova, acompanhada de uma vitória democrática que leva à presidência Jânio Quadros, que no mesmo ano renúncia, e seu vice, João Goulart, chega ao poder a fim de evitar um golpe de estado.

O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador. (PINTO, 2010, p. 16)

O que houve no Estado brasileiro foi um momento de total repressão, em especial da luta política legal e democrática, o que jogou os grupos de esquerda para a clandestinidade e guerrilha. Foi na década de 70, sob regime militar e extremamente limitadas pelas condições ditatoriais que as primeiras manifestações feministas ocorreram

no país. As mulheres tomaram as ruas, atuando contra a censura, a favor da cultura e da democracia além de atuarem ativamente junto aos movimentos de esquerda no país.

FOTO 4 - Em 1968, as atrizes Eva Todor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengell, marcharam contra a censura do governo em plena ditadura militar



Foto: Gonçalves (BORGES, 2018).

Na Argentina, o cenário também se mostrou muito conturbado, os movimentos feministas da primeira onda haviam se enfraquecido em especial com os diversos golpes de Estado sofridos pelo país a partir da década de 1950, porém, com a ditadura militar, a luta feminista retomou sua centralidade enquanto movimento de resistência democrática.

Nesse período, milhares de pessoas foram torturadas e mortas e as mães desses desaparecidos protestavam em caminhadas na Praça de Maio para saber o paradeiro de seus filhos. Elas formaram uma grande voz para a queda dos militares, pois denunciaram os abusos de direitos humanos cometidos. Até hoje, essas mulheres se organizam nos movimentos Mães da Praça de Maio e Avós da Praça de Maio (RUDNITZKI, 2016).

O movimento de mulheres argentinas conhecido como as Madres de la Plaza de Mayo se compôs majoritariamente pelas mães de presos e desaparecidos políticos durante o período ditatorial. A maternidade foi o ponto de união “Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: “as mães de terroristas”, de pessoas pertencentes

à esquerda armada e de grupos taxados como subversivos” (PAULA, 2016, p. 6).

FOTO 5 - as avós Matilde Herrera, Clara Jurado e Eva Barrios, em marcha em 1987.



Fonte: Montesanti (2016)

As Madres de la Plaza de Mayo surgiram no cenário argentino com as ideias implícitas à maternidade de altruísmo e proteção, em referência a todas as mães de desaparecidos e vítimas do Estado autoritário. A Plaza de Mayo, principal praça do centro da cidade de Buenos Aires, na Argentina foi central nesse processo de resistência, a apropriação desse espaço público central na vida política da capital em um momento onde se impediam todas as formas de reunião e manifestação se tornou um dos principais destaques e força desse movimento, que rompeu com o discurso estatal de guerrilheiros e inimigos, homogeneizaram a condição de filhos para além da identidade militante das vítimas, “Nesse sentido, as fraldas e posteriormente os lenços brancos amarrados na cabeça representavam as Mães da Praça de Maio, porque era por meio desse objeto que as mães simbolizavam o elo entre elas e seus filhos” (PAULA, 2016, p. 7).

Dos lenços brancos que remetiam as fraldas aos lenços em uma passagem simbólica à juventude, o branco se ligou ao desaparecimento, ausência e desinformação acerca do destino dos desaparecidos, ainda conforme Paula (2016, p. 7), com o tempo a consciência de que os desaparecimentos eram uma parte chave do regime ditatorial fez com que as mães passassem a reivindicar o desmonte do aparato Estatal repressor e a

identificação dos responsáveis pelas violações, e o branco no lenço foi ocupado por linhas negras com os nomes e datas de desaparecimentos dos filhos, assim o lenço passou a ser uma identificação daqueles que foram vítimas da ditadura, um símbolo de memória e de luta por verdade e justiça.

Em 1973 a realidade ditatorial chega também ao Chile e é nesse momento em que o movimento feminista renasce no país, enquanto modo de resistência à opressão e violência autoritária do governo de Pinochet.

Diante da crise da democracia, repressão e violação dos direitos humanos e exaltação dos valores patriarcais, as mulheres se organizam em defesa dos seus direitos e na luta pela democracia, muitas vezes realizando uma dupla militância (no movimento feminista e nos partidos de esquerda), como também aconteceu no Brasil (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 48).

FOTO 6 - Manifestação feminista contra o regime militar chileno



Fonte: Gearini (2019).

O movimento de mulheres chileno, como no Brasil e Argentina, retoma sua força e radicalidade em defesa de um ambiente democrático e não violento, progressista e que respeita os ideais dos Direitos Humanos firmados no centro do mundo ocidental, se aproximam dos movimentos de esquerda. “Durante a ditadura chilena, o movimento de mulheres existiu, foi grande, importante e central em diversos momentos na luta pela retoma da democracia e defesa dos direitos humanos” (ROBERTS, 2007, p. 21), novamente as mulheres mães, esposas, filhas e familiares de presos e desaparecidos são

as primeiras a ocupar as ruas e fazer manifestações públicas contra a violência ditatorial

De acordo com informações publicadas 31 na Fempress (1986, p. 33), em 1983, ano em que os protestos se intensificaram, reuniram-se mais de 11 mil mulheres no maior teatro de Santiago, em um ato de resistência. Neste mesmo ano, em 7 de novembro, o governo chileno declarou estado de sítio, o que significou 10.000 presos políticos em poucos dias (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 48-49).

A capacidade de reunião, organização e resistência massiva do povo chileno se manifestou claramente já nessa época, de modo parecido ao ocorrido no Brasil e na Argentina. Houve proximidade do movimento de mulheres com a militância política dos partidos de esquerda, “O feminismo de segunda onda que se desenvolve no Chile é assim herdeiro de uma tradição política de esquerda, marcada por uma 'vocação opositora', em que as lutas específicas das mulheres foram aos poucos ganhando espaço” (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 50).

Com o início dos anos 1980 e a queda progressiva das ditaduras, o que se vê é novamente um avanço democrático, capitalista, progressista. Os processos de redemocratização permitiria “as feministas exiladas retornarem aos seus países trazendo em suas bagagens novos textos e leituras, experiências e discussões, arregimentando, dessa forma, os movimentos feministas nacionais e proporcionando uma grande circulação de conhecimento” (BORGES, 2011, p. 952-953). Nos três países, o século XX vê nascer uma nova onda feminista em um momento de êxtase pela vitória contra as ditaduras.

O movimento feminista da segunda onda foi intenso, deixou fortes marcas e por isso “É certo que esta vertente do feminismo permanece atuante hoje, mas não é mais a sua única expressão” (RODRIGUEZ, 2017, p. 200). A terceira onda, que se inicia ao final do séc. XX, já na década de 1990 e seguintes, vai se construir ao discutir os paradigmas estabelecidos pelas ondas anteriores bem como seus limites e exclusões.

Apesar de que, as mulheres negras estadunidenses, como Beverly Fisher, já na década de 70, começaram a denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. (...) As críticas trazidas por algumas feministas dessa terceira onda, alavancadas por Judith Butler, vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente; excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar em conta as especificidades das mulheres (RIBEIRO, 2014).

O que se traz como central à terceira onda é a reflexão de que “Tentar entender os problemas das mulheres como comuns a todas, sem levar em conta elementos como raça, classe, renda ou orientação sexual, seria silenciar a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 89), nesse contexto Ângela Davis já em 1981, no livro *Mulher, Raça e Classe* (DAVIS,

2013), apontava que as opressões estruturais são indissociáveis, enfatizando a necessidade de ruptura com os ideais de feminilidade, além de denunciar o racismo interno existente no movimento feminista, ao que somou uma análise apontada como “anti-capitalista, antirracista e anti-sexista” (RIBEIRO, 2016, p. 100).

É durante essa terceira onda que se repete, no Brasil, na Argentina e no Chile, uma experiência comum, que levará a estruturação de movimentos dissidentes de mulheres como o de lésbicas, agora em um processo crítico crescente aos movimentos feministas tradicionais e homossexuais, isso pois,

[...] como mujeres, las lesbianas no tardan en criticar la misoginia, el funcionamiento patriarcal y los objetivos falocéntricos del movimiento homosexual, dominado por los hombres (...). Por otro lado, y en forma más o menos simultánea, como mujeres homosexuales, muchas lesbianas no terminan de sentirse plenamente identificadas con el movimiento feminista. (...) se van dando cuenta de que algunas feministas las perciben como un cuestionamiento amenazador a su posición heterosexual o a su lesbianismo ‘de clóset’ (...). Mientras que las lesbianas luchan por todas las causas de las mujeres, aunque no les atañen tan directamente (por ejemplo, para la anticoncepción o la interrupción voluntaria del embarazo), las demás mujeres se muestran tibias a la hora de luchar por causas lésbicas o cuestionar la heterosexualidad (FALQUET, 2006, p. 205).

Assim o movimento feminista lésbico emerge autonomamente a partir da terceira onda feminista, tendo muitas vezes espaços feministas como centrais para a luta e mobilização, porém, combatendo estereótipos e limitações sociais associadas à categoria política mulher. Muitas lésbicas contribuem ativamente para a construção das teorias políticas feministas e não se sentindo representadas, denunciaram a invisibilização dentro do próprio movimento da não heterossexualidade, se construindo como vias alternativas próprias, de espaços políticos autônomos.

A crítica se firma, apontando que “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20), ao se tentar compreender a categoria política mulher e todas as problemáticas que a rodeiam de modo universal, comum a todas se acaba por “silenciar a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 89), sendo necessário se considerar elementos como raça, classe, orientação sexual.

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

Mesmo a noção de um patriarcado universal e a ideia central que o acompanha, de um feminismo identitário universal, passou a ser amplamente criticada,

como apontado, em especial por seu fracasso em “explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe” (BUTLER, 2003, p. 20). Reflexão central nesse sentido é o aporte fornecido por outro grupo dissidente do feminismo original e oriundo dessa terceira onda, formado por pensadoras feministas decoloniais, que dentre suas variações próprias, afirmam a invasão colonial como o processo pelo qual o patriarcado de alta intensidade se consolida na América Latina, apontando assim uma colonialidade do gênero e uma tomada do corpo como território.

A partir de 1492, por la invasión colonial a nuestros territorios, se han dado relaciones coloniales entre Europa y Abya Yala (Latinoamérica y Caribe), esto significa entre otras cosas que en Europa piensan que inventaron las luchas de las mujeres contra el patriarcado, creen que pueden enseñar al mundo modelos de sociedad y modelos de cómo luchar para conseguirla. Es verdad que la palabra feminismo y la forma cómo se usa la palabra, vino de Europa como una acumulación política desde la Revolución Francesa en 1789, pero ellas, las europeas, no inventaron las luchas de las mujeres del mundo contra el patriarcado y tampoco Europa es un modelo de sociedad a seguir (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 13-14).

A própria América Latina é posta como produto da modernidade e do sistema mundo por ela estruturado a partir da Europa como centro e América como periferia, estrutura mundial, ocidental, capitalista de dominação e exploração.

[...] que Anibal Quijano (2000) denominó a la colonialidad del poder y más tarde María Lugones (2008), desde una propuesta feminista, haciendo una crítica a Quijano por no considerar la construcción de relaciones de género heterocentradas y binarias, denominó sistema de género moderno/colonial (CURIÉL, 2014, p. 5).

A modernidade colonial eurocentrada capitalista é problematizada ao se por em questão que se todos somos racializados por meio de processos de estabelecimento da colonial/modernidade, bem como temos atribuídos quando nascemos um gênero, nem todos serão afetados ou vitimados igualmente por esses processos, “se vuelve lógicamente claro que la lógica de separación categorial distorsiona los seres y fenómenos sociales que existen en la intersección, como la violencia contra las mujeres de color” (LUGONES, 2008, p. 82).

Diante da multiplicação dos debates no decorrer do séc. XXI, oriundo da soma de velhas e novas bandeiras onde se reivindicam as feministas marxistas, as pós-modernas, as teóricas decoloniais, negras, lésbicas, *queer* ou pós-feministas, a teoria feminista se caracteriza atualmente como “uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 7).

Em essência toda teoria feminista se faz assim política e prática, isso, pois nos feminismos “a teoria é a minha prática. Uma deve existir para interagir dialeticamente

com a outra em vez de se criar dicotomias estéreis. A teoria ajuda na prática e vice-versa” (RIBEIRO, 2014). Assim vemos os processos de redemocratização afetarem diretamente a prática e a teoria feminista nos três países.

No Brasil, a restauração da democracia, especialmente a partir de 1982, como aponta Mariano (2001, p. 11), fez com que algumas das principais reivindicações feministas fossem institucionalizadas pelos governos, o que demandou e tomou para os aparelhos do Estado a participação de quadros e lideranças centrais dos movimentos feministas, assim, a nova fase vem acompanhada de uma incorporação do campo institucional como forma de buscar maior universalidade das mudanças, por meio de reformas estatais.

O feminismo brasileiro entrou em uma luta institucional pelos direitos das mulheres, reivindicando políticas públicas e direitos legais não apenas de igualdade formal, mas de equidade enquanto tratamentos desiguais àqueles que se constroem socialmente de modo desigual, na medida de suas desigualdades como modo de atingir justiça social.

O tema central passa a ser o fim da violência contra a mulher, em especial a violência doméstica e familiar, sendo criados e institucionalizados inúmeros grupos, coletivos que atuarão por vezes com Organizações Não-Governamentais (ONGs), com recursos financeiros do próprio Estado.

Ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política (PINTO, 2010, p. 17).

Ainda em um cenário favorável, progressista e de quadros feministas instaurados junto ao aparelho estatal é eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), para um primeiro mandato entre 2011 e 2014, como reflexo direto do governo anterior de Luiz Inácio Lula da Silva, que seria reeleita em 2015.

Já em um momento de baixo apoio popular, em decorrência de uma crise capitalista econômica global que afetou o Brasil, acompanhada de uma série de escândalos de corrupção que atingiram diretamente a imagem do PT se colocou em curso um golpe de estado, que levou a um processo de *impeachment* que a tiraria do governo em 12 de maio de 2016.

FOTO 7 – Foto oficial da presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Roberto Stuckert Filho (PASSARINHO, 2011).

Os movimentos feministas, em diferentes graus, em especial durante o processo de redemocratização pós-ditadura no Brasil, estiveram participando ativamente da reconstrução do estado, e como aponta Biroli (2018, p. 299), o estreitamento das relações com o estado foi ainda maior durante todo o período do PT no governo federal já em 2003.

É nesse período onde se ativam as Conferências de Políticas Públicas para Mulheres nas esferas municipais, estaduais e nacional, espaço que privilegia a comunicação entre movimento de mulheres e governo, se instituiu também a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que tiveram até recentemente, em 2016, *status* de ministério federal.

No Brasil, no entanto, mesmo a entrada nos aparelhos do Estado, a eleição da primeira presidenta e a institucionalização do movimento feminista com a criação de uma série de estruturas estatais vinculadas a questão de gênero não foi, contudo, capaz de romper de fato com as desigualdades e se manter de modo permanente, ainda que tenha trazido a público o debate sobre gênero e algumas conquistas sobre os direitos e políticas públicas de equidade para mulheres.

Vivemos na pele essa realidade com o *impeachment* que depôs a presidenta Dilma, em meio a vários ataques misóginos, na mídia, nas redes sociais e no Congresso Nacional, que através de uma coalizão de forças políticas antagônicas promoveram o que tem sido chamado por juristas, lideranças dos movimentos sociais e representantes dos partidos de esquerda de 'um golpe parlamentar-jurídico-midiático, um ataque à institucionalidade democrática' (SCHUMAHER, 2018, p. 49-50).

O *impeachment* não foi somente um golpe contra a presidenta, mas simbolizou o antipetismo e o rechaço ao progressismo e à esquerda em tudo o que representava para as conquistas da classe trabalhadora.

Mesmo podendo ser alvo de diversas críticas, os governos do PT permitiram, ao longo de todo o seu período, diversas conquistas ao movimento feminista no quadro estrutural "O ano em que Rouseff foi deposta corresponde também a uma fronteira nas relações entre os movimentos feministas e o Estado" (BIROLI, 2018, p. 299).

Isso se evidencia com a saída de Dilma, já que, um a um, todos os avanços democráticos feministas vão sendo postos em questão, e os quadros políticos que balizaram aquelas conquistas foram afastados.

A terceira onda feminista no Chile, marcada também pelo fim da ditadura militar, lá mais tardia, no ano de 1990, percebe de modo similar ao brasileiro a entrada do movimento nas estruturas no novo estado que se busca consolidar, assim nos anos iniciais da democracia se aponta que "houve um enfraquecimento e diversas controvérsias no movimento feminista chileno" (ROBERTS, 2007, p. 21) que viu uma diminuição radical de seu movimento de mulheres até então organizado e centralizado.

[...] diante do processo de democratização do país, no período pós-ditadura, o que se verifica – à semelhança de outros cenários latino-americanos – é a desarticulação dos movimentos sociais. Este processo, denominado de 'silêncio feminista', teve a desmobilização e a institucionalização como principais características (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 51).

O que se vê no Chile, é que os governos democráticos mantiveram e legitimaram o modelo econômico e institucional herdado do regime ditatorial, reformado sim, porém, com forte característica neoliberal, no caso Chileno de modo ainda mais profundo que no Brasil onde somente após o governo FHC inicia-se um processo de implementações de medidas neoliberais.

Assim, no Chile, o mercado passa a ser o principal elemento de integração social e o movimento feminista se parte em duas correntes.

[...] una institucional, que se involucró con el diseño y aplicación de políticas públicas desde el Estado hacia las mujeres, y otra tendencia autonomista, que rechazaba la cooptación del movimiento por los grupos del poder, y buscaba

desarrollar una concepción de la acción política y cultural del feminismo fuera de las constricciones de la acción del Estado (RÍOS; GODOY; GUERRERO, 2003, p. 2).

Essa ruptura entre as mulheres que compreenderam o Estado como meio para se atingir a emancipação feminina e o alcance das reivindicações feministas, e aquelas que não compreendiam essa possibilidade é também característica comum nos três países dessa terceira onda, e ainda que inicialmente se veja conquistas e avanços progressistas oriundos diretamente da articulação dos movimentos de mulheres com os aparelhos estatais, aos poucos um novo momento histórico aponta a incapacidade e a tensão inerente as reivindicações radicais dos movimentos feministas, em especial não tradicionais e a capacidade estatal de respostas.

É também nesse período que o Chile vê eleita sua primeira presidenta, para um primeiro mandato entre 2006 e 2011, pelo Partido Socialista do Chile, uma médica e política, Michelle Bachelet Jeria, que foi reeleita para o cargo nos anos de 2014 a 2018 e ao longo dos últimos dois mandatos eletivos se alternou na presidência com o candidato neoliberal de direita Sebastián Piñera.

FOTO 8 - Michelle Bachelet



Fonte: Blog do Liberato (2014).

O governo de Bachelet vê muitas aproximações com o governo de Dilma e do PT, apontados como de centro esquerda, ambas com políticas de valorização da mulher e superação da desigualdade social e justiça social, bem como maior aproximação com o

movimento feminista e institucionalização de quadros militantes. Na Argentina, três anos após o término da ditadura militar, em 1986 começam, alinhados aos pensamentos dessa terceira onda, os Encontros Nacionais de Mulheres, que passaram a ser realizados desde então anualmente, o que marca, ao contrário de Brasil e Chile um fortalecimento do movimento autônomo de mulheres nesse período.

[...] en 1986 empezaron los encuentros en nuestro país y desde ahí no pararon. Cada año son más masivos y exitosos. En el primero éramos cerca de 1000 mujeres, en el 33° Encuentro Nacional de Mujeres en Trelew participamos 65.000. La modalidad del Encuentro Nacional de Mujeres es única en el mundo, y eso permite que cada año nos sumemos de a miles: es autoconvocado, horizontal, federal, autofinanciado, plural y profundamente democrático (ENCUENTRODEMUJERES, 2019).

Desde o início dos Encontros Nacionais de Mulheres uma reivindicação central do movimento feminista, enquanto dívida da democracia, foi a reivindicação do direito ao aborto legal, seguro e gratuito, ainda que temas como a violência contra a mulher, pressão para aprovação de leis sobre feminicídio e de violência contra lésbicas também integrem as reivindicações do movimento.

la Campaña por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito: educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir. Desde entonces, en las masivas, largas e históricas marchas de los Encuentros prevalecen sus banderas y pañuelitos verdes, por encima de cualquier otro cartel, bandera o pañuelo y son sus consignas las más coreadas (MARCO, 2018, p. 154).

O movimento de mulheres na Argentina mudou ao longo dos anos, mas o símbolo, o laço herdado das Madres de la Plaza de Mayo se manteve, bem como sua organização e articulação a cada ano mais massiva. Em comum com Brasil e Chile, as argentinas têm a eleição de sua primeira presidenta para dois mandatos, Cristina Kirchner, uma política e advogada que foi governante do país entre 2007 e 2011 e de 2011 a 2015.

FOTO 9 - Cristina Kirchner



Fonte: PHFDNARGENTINA (2004)

Ainda que a democracia se veja em progressivo fortalecimento, marcado pela aproximação com os movimentos sociais, no caso aqui estudado em especial com o movimento feminista, contando inclusive com a entrada nos governos das primeiras mulheres ao cargo de presidência, inicialmente no Chile com Bachelet em 2006, seguida de Kirchner na Argentina em 2007 e Rousseff no Brasil em 2011, o que assistimos nos três países é que novamente as ondas de redemocratização e fortalecimento dos direitos humanos são intercaladas por ondas reversas e autoritárias.

Já no final do século XX e início do XXI, as teóricas feministas denunciavam o apagamento e a incapacidade do estado liberal, em especial com sua pretensa neutralidade frente às desigualdades criadas pelos dispositivos sociais, autoras como Davis, Butler, Segato iniciavam o que se tornaria uma verdadeira revolução, com a saída do poder dos governos de centro-esquerda, e sua substituição nos três países por governantes neoliberais de direita.

Reivindicações por reconhecimento das diferenças compõem o cenário contemporâneo multiculturalista de luta por interesses de extração identitária, ora em defesa da diferença, ora em combate à desigualdade. Nesse cenário o feminismo é visto como o precursor na defesa do direito à diferença. (MARIANO, 2001, p. 18)

Esse século viu nascer uma quarta onda feminista, iniciada com a segunda década do século XXI, e vem centralmente marcada por marchas populares com milhões de pessoas que tomam as ruas, um renovado movimento feminista agora com bandeiras

que transcendem fronteiras, de alcance global, e que vem enfrentamento diretamente um novo avanço neoconservador, ultra neoliberal e capitalista.

Uma **quarta onda** feminista, iniciada com a Marcha das Vadias somada à potente Marcha das Mulheres Negras e Primavera Feminista, emergiu e cresceu num cenário de acirramento das posições fundamentalistas contrárias à autonomia das mulheres, do debate sobre interseccionalidade e trazendo novas estratégias de resistência através das tecnologias virtuais e retomada das ruas (SCHUMACHER, 2018, p. 21-22).

A chamada no Brasil de *Marcha das Vadias* é apontada como ponto de referência na eclosão dessa quarta onda. O movimento teve sua origem na *SlutWalk*, ato que teve início na cidade canadense de Toronto, em janeiro de 2011, como resposta a um discurso proferido pelo policial Michael Sanguinette na Universidade de Toronto. Este afirmou então que para não serem estupradas as mulheres não deveriam se vestir com *sluts*, o que no Brasil se traduziu para *vadias*, e nos países de idioma espanhol para *puercas* e mais tarde *putas*, e em Portugal ainda para *galdérias*.

Tal afirmação levou cerca de três mil pessoas às ruas de Toronto, em uma marcha sem precedentes pela desculpabilização da mulher vítima de violência sexual. Assim, a *SlutWalk* se disseminou por diversos países, sendo realizada nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Holanda, Suécia, Israel, Índia, México, Honduras, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Peru, Equador, Uruguai, Nicarágua, Panamá, em Portugal e no Brasil (BOENAVIDES, 2019, p. 2).

É nesse momento histórico de levante e ocupação das ruas e praças públicas, com marchas feministas de massa e com grande capacidade de aglutinação de pessoas, bandeiras e reivindicações democráticas e de defesa aos direitos humanos que chamada quarta onda feminista internacional convoca e possibilita a construção das marchas de mulheres que deveremos tratar com maiores detalhes no próximo capítulo da pesquisa.

Os movimentos se internacionalizam, se retroalimentam, fortalecem e em alguma medida dialogam, “El compromiso político con el cambio social es uno de los principales rasgos constitutivos de las epistemologías feministas y también una de las características principales que las distinguen de otros tipos de teorías del conocimiento” (CÁCERES; MAYO, 2005, p. 112-113), são levadas às ruas com essas manifestações milhões de pessoas o que torna possível apontar o feminismo contemporâneo como uma fronteira democrática revolucionária.

3 TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA SE PENSAR A DEMOCRACIA.

Ao subcapítulo anterior se resumiu de modo breve, por meio da descrição das quatro ondas feministas, os caminhos que levam à formulação das teorias feministas. Ao pensarmos, como já afirmado, que toda teoria feminista é em essência política, buscase agora refletir as contribuições feministas ao se pensar as teorias democráticas e em especial suas práticas.

Vamos de encontro com o entendimento de que “podemos perfeitamente ser formados no interior de uma matriz de poder, mas isso não quer dizer que precisemos, devotada ou automaticamente, reconstruir essa matriz ao longo do curso de nossas vidas” (BUTLER, 2015, p. 236), sendo central, portanto, a busca de formulações e análises capazes de contribuir para com a reflexão crítica capaz de romper com as estruturas e instituições que violentam e invisibilizam, reconhecendo sempre que “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010, p. 15).

Ainda que as teorias feministas não possam ser definidas de modo exato e definitivo, as tomamos como um termo que “indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da construção e da legitimação dos interesses das mulheres. Nessa perspectiva, o que o feminismo é, ou foi, mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (ERGAS, 1995, p. 588), e seus principais temas e debates evidenciam alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes.

É por isso que se justifica sua utilização, pois nos possibilitam, ao longo dessa pesquisa, refletir de modo crítico e desnaturalizante a teoria política em especial construída em torno da democracia e da percepção do corpo como central na política, vez que se deve privilegiar aqui as discussões e movimentos da terceira e quarta ondas feministas, a fim de reduzir as assimetrias e relações de dominação e violência social.

O caminho teórico de análise segue em diálogo com o pensamento de Michel Foucault, pois a partir dele podemos iniciar uma reflexão acerca da chamada era do biopoder, se compreendendo que a partir do século XVII, essa se desenvolve primeiramente por meio de mecanismos disciplinares sobre o corpo, e a seguir com a formação de biopolíticas centradas em intervenções e controles reguladores das populações, tal reflexão nos permite compreender como “o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele

momento” (FOUCAULT, 2015, p. 152) sendo assim, centrais ao estabelecimento da sociedade capitalista, burguesa contemporânea.

A teoria biopolítica foucaultiana pode trazer em seu bojo algumas críticas que não serão abordadas nesse momento, muitas oriundas de teóricos e teóricas com os quais dialogamos. Contudo, para autoras da terceira e quarta onda feminista é uma reflexão central, seja em acordo ou desacordo, e no presente trabalho permite compreender a importância dos corpos e populações frente aos estados democráticos fundados na América Latina, com base nos modelos hegemônicos europeus onde “o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população” (FOUCAULT, 2015, 148).

A força dos movimentos sociais pode se reivindicar a partir desta compreensão, de que o poder é algo que circula, funcionando em cadeia, jamais localizado, estagnado nas mãos de alguns e inexistente nas mãos de outros, não sendo assim uma posse, ou propriedade, um micropoder que penetra os corpos que são ao mesmo tempo seu ponto central de resistência, sendo refletido ainda seu poder ao saírem às ruas em aliança.

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2010, p. 26).

Tomamos nessa linha de pensamento, o pressuposto de que “o poder não existe. (...) Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2011, p. 248), e a partir desta percepção se traça outra definição indispensável à estrutura da presente pesquisa, a definição de Estado enquanto prática, uma vez que “o Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (FOUCAULT, 2008, p. 369).

Pensar as estratégias disciplinares e biopolíticas por meio das quais o biopoder se instaura gestando vida e morte, instituindo práticas e instituições que tornam atualmente o Estado hegemônico Argentino, Brasileiro e Chileno, por sua força global; capitalista por seu regime econômico; neoliberal em sua face política, permite caminhos teóricos que permitirão refletir, por meio de outros(as) autoras(es), os limites foucaultianos, os demais aspectos destas práticas, e sua possível evolução, como sua face patriarcal e sexista, por seu sistema de controle social essencialmente masculino e que exclui o

feminino; colonial e racista ao assentar estruturas econômicas globais de desigualdades centradas no conceito de raça; bem como heteronormativo ao reproduzir a sexualidade heterossexual como norma, marginalizando, ignorando ou perseguindo outras orientações sexuais.

A teoria de Judith Butler, enquanto uma das principais filósofas feministas, pós-estruturalistas, *queer*, estadunidenses, se torna central ao buscar esse alcance, bem como, mais a frente, compreender a defesa de uma democracia radical, será, a partir da autora, possível afirmar que:

Neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis (BUTLER, 2018, p. 17).

Compreender que certas vidas são tidas pelo sistema como descartáveis, se liga diretamente a compreensão de um Estado firmado em práticas biopolíticas, responsável pela vida em sua integralidade, enquanto corpos individuais e populações, garantindo a manutenção e maximização da capacidade produtiva.

Toma-se desse modo que a vida é precária, não somente por sua finitude biológica natural, mas pelas várias condições sociais, econômicas e políticas que requer, a fim de ser mantida enquanto vida, a afirmação de que “uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte” (BUTLER, 2015, p. 31).

Compreender fenômenos econômicos, políticos e sociais contemporâneos inter-relacionados à luz desses autores, permitiria aproximar prática e teoria, apontando inclusive o poder de reivindicações de uma vida mais comunitária, interligada, capaz de reconhecer a precariedade comum a todos os seres vivos.

É nesse sentido que uma das principais teóricas feministas decolonial, Rita Laura Segato, antropóloga argentina, nos permite refletir acerca dos caminhos de resistência sugeridos pelos pós-estruturalistas em parte apontados acima, que apontam um caminho individual, ao passo em que se firmam sobre micropolíticas, e nesse sentido, formado por desobediências capilares, possíveis, feito de infrações e más práticas que deslizam para fora da ordem posta, erosionando as hierarquias, desestabilizando a realidade, o sistema, caminho que quando trilhado em aliança, pelos corpos na rua, com suas reivindicações múltiplas e concomitantes.

El camino diseñado por el pensamiento pos-estruturalista es también el camino de una política en clave femenina, como también de una política decolonial por que, en verdad, el pensamiento decolonial y el pos-estruturalismo tienen grandes afinidades, especialmente en lo que respecta al modo de la insurgencia. Es el camino del desmonte, de la erosión, de la movida de piso, con pequeños temblores y evitando el distanciamiento de las vanguardias (SEGATO, 2018, p 62).

O que se aponta, portanto, é a articulação, a ponte, que una distintas teorias, rumo a um pensamento biopolítico, decolonial, feminista e *queer*, como modo de repensar em trabalhos subsequentes a teoria democrática dos países analisados, e inicialmente se fará refletindo em especial os movimentos de mulheres contemporâneos nos três países, entendendo-se que a “teoria democrática é um campo em disputa.

As teorias feministas da democracia há tempos vêm apontando para o ocultamento das desigualdades entre homens e mulheres produzido pelas teorias democráticas tradicionais” (SANCHEZ, 2017, p. 1), que se consolidam na exclusão sistêmica dos espaços democráticos dos corpos feminilizados, e aponta a reivindicação de uma revolução feminista, capaz de gerar uma profunda transformação na ordem vigente.

Para as sufragistas estadunidenses do século XIX, por exemplo, a conquista do voto ‘seria o Milênio para as mulheres’, como observou acidamente Angela Davis. A pífia presença feminina nos espaços de poder após a obtenção desse direito indicou a necessidade de identificar os mecanismos de exclusão mais profundos, além da restrição consignada em lei. O mesmo se pode dizer das reformas dos códigos civis ou do acesso à educação. Cada vez mais, em vez da incorporação das mulheres à ordem existente, tornava-se clara a necessidade de uma transformação profunda dessa ordem (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

É exatamente a conquista de direitos, as reformas dos códigos, e os acessos conquistados que trazem toda a necessidade de uma radicalização que não apenas busque a incorporação das mulheres, que é insuficiente, considerando que a ordem existente as exclui sistematicamente, assim como a outros corpos precarizados em suas diversas intersecções e hierarquias.

Os ditos valores do Iluminismo, da modernidade ou do capitalismo, como liberdade, igualdade, direitos e entre outros, a própria democracia, “se tornam ‘categorias modernas’ fundantes das metateorias racionais, universalistas e humanistas que vão caracterizar este pensamento que vê o passado como superado e o futuro como predizível, dando à ciência um lugar privilegiado nesse processo” (MACÊDO, 2011, p. 32), e que se mostra a cada dia não realizáveis, pois como apontam as reflexões decoloniais e feministas, o passado não está superado, do mesmo modo que o futuro não está determinado.

Gênero e sexualidade entram aqui como categorias centrais ao debate democrático, não sendo compreendidas a partir da teoria hegemônica, unicamente em suas bases psiquiátricas, no sentido que descrevem diversos dicionários da língua portuguesa

como “conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo; qualidade sexual” (DICIO, 2019; MICHAELIS, 2019) e “conjunto dos fenômenos relativos ao instinto sexual” (INFOPIEDIA, 2019), mas sim enquanto dispositivo de poder central ao governo das populações nas sociedades industriais que evoluem até a atualidade, uma vez que se entende

Michel Foucault, aportó aspectos significativos en torno a la sexualidad. Sus análisis muestran una economía general de los discursos sobre el sexo en las sociedades modernas a partir del siglo XVII. No obstante a Foucault se le critica que asumió el binarismo de género para analizar la sexualidad (CURIEL, 2014, p. 11).

Se assume a sexualidade enquanto o problema da gestão das populações, que está no epicentro do surgimento das práticas estatais, compreendendo que “O Estado é uma prática. (...) não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (FOUCAULT, 2008, p.369).

É exatamente essa gestão o motivo do surgimento dos dispositivos de segurança, e dentre eles, por estar “exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (FOUCAULT, 2010, p. 212), constituindo-se como o problema econômico e político central aos estados no governo da população, a sexualidade que “se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população” (FOUCAULT, 2010, p. 212).

Se pensa, portanto, não a partir de uma suposta essência natural, pulsão ou processo determinado biologicamente a partir do nascimento, mas a partir das condições políticas e econômicas de existência que ao serem estabelecidas socialmente “formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade” (FOUCAULT, 2005, p. 27) que se estabelecem por meio dos próprios dispositivos de segurança e suas instituições como naturais, por meio de relações políticas que investem toda a trama da existência.

Levando a construção da verdade que fabrica o Estado como realidade transcendente, como essa coisa que “sempre estará aí” (FOUCAULT, 2008, p. 478), e não apenas como uma das diversas formas de como fazer e pensar as coisas e a organização social, tendo por razão final unicamente se autoconservar e repetir no tempo, manter um controle interno ao mesmo passo em que busca aumentar suas forças, em um cenário de concorrência internacional. O poder nas sociedades capitalistas biopolíticas pode ser caracterizado, assim, como

[...] as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (...) O poder está em toda parte; (...) porque provém de todos os lugares. (...) é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2015, p. 101).

A sexualidade, por tudo isso, se constrói enquanto um dos dispositivos modernos de poder, central e em expansão a partir do séc. XVII, vinculada a “uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 117).

Toma-se, desse modo, que é por meio da sexualidade que o corpo entra no centro do debate político, e toma assim relevância central aos debates democráticos, se entendendo que “nenhum ser humano pode ser tomado como humano, pode ser reconhecido como humano, a não ser que esse ser humano seja completa e coerentemente marcado pelo sexo”(BUTLER, 2013, p. 100).

Isso, pois “a noção de que pode haver uma ‘verdade’ do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER 2003, p. 38), normas essas rompidas pelas lésbicas em suas identidades sexuais e de gênero, tendo nessa medida irreconhecíveis sua humanidade e marcada sua precariedade, que se inter-relaciona ainda diretamente com os marcadores sociais de subjugação de raça e classe social.

[...] es desde el feminismo que el género cobra mayor importancia como categoría analítica. Su utilización teórica, epistemológica y política ha servido para desnaturalizar lo que significaba ser mujer, concebida como “lo otro” en relación con el paradigma masculino y explicar que las desigualdades entre los sexos no era una cuestión natural sino social e histórica (CURIEL, 2014, p. 6).

Corpo tomado aqui não de modo abstrato e geral, como entidade dada, mas sim a partir dos processos que sustentam esse corpo, e sua relação com esse apoio ou falta de apoio, o corpo, enquanto “conjunto vivo de relações; não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação. Sua ação é sempre condicionada, que é um sentido do caráter histórico do corpo” (BUTLER, 2018, p. 72).

O que se afirma nesse sentido é que os corpos necessitam ser compreendidos para além de seus processos que se constroem historicamente como naturais, afinal mesmo o fato de que a morte é certa e fator comum a todos os corpos, não impede que essa possa ser postergada ou adiantada, conforme a presença ou ausência de condições ambientais e de infraestrutura, a precariedade se forma exatamente aí, “implica

viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2015, p. 31).

Portanto, em alguma medida, toda vida é precária, pois é sustentada dentro de determinadas condições de vida, porém, exatamente por depender da presença de redes de apoio capazes de reduzir essa condição comum é que algumas vidas se tornam mais precárias que outras, “aqueles cujas vidas não são ‘consideradas’ potencialmente lamentáveis e por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 45-46).

É central nesse sentido a discussão acerca das vidas precárias, bem como do tema da representação a fim de refletir a presença da mulher na política e o alcance e viabilidade dos caminhos democráticos “A filósofa norte-americana [Butler] é categórica ao afirmar que não basta indagar e fazer uma analítica das condições de reprodução de poder e opressão que estão presentes nas instituições, em que as mulheres buscam espaços para a sua liberação” (PINTO, 2010, p. 20). A interseccionalidade da categoria mulher e a revolução de uma democracia radical vão além dessas reformas.

Da prática existencial feminista, da multiplicidade e diversidade dos corpos em suas vivências, a interseccionalidade enquanto debate emerge

[...] pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989). Embora o uso do termo a ponto de se tornar hit concept, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (HIRATA, 2014, p. 62).

Ao se tomar o conceito de interseccionalidade, se “sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim como grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2012, p. 10), buscando compreender a medida em que a precariedade de certas vidas se tornam muito superiores a de outras, se rejeitando, dessa forma, a pressuposição de hierarquias entre pilares analíticos, pois os dispositivos de poder atuam de forma múltipla e difusa sobre os corpos, sendo necessária uma visão ampla de diversos aspectos para se apreender a subordinação e o assassinato de certos indivíduos e grupos, refletindo ainda a forma como ações, políticas e práticas estatais se relacionam ativamente nesses processos.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla

discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Constrói-se de tal modo interligações possíveis, ainda que complexas, entre democracia, sexualidade, gênero e violência, a reflexão a partir da interseccionalidade entre as categorias de análise múltiplas, estas apontam a construção de um pensamento interdisciplinar que ainda é minoritário na produção acadêmica hegemônica, ainda que “as relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.8).

O gênero aqui volta ao debate enquanto categoria política de análise, conceito que nos remete em especial às violências exercidas contra corpos feminilizados nos próprios processos de fabricação dos indivíduos em decorrência de sua significação binária, corpos significados a partir de múltiplos processos de marcação com atributos de feminilidade e masculinidade, estabelecidos por dispositivos de verdade como biológicos e naturais, tomando-se que “a sedimentação das normas do gênero produza o fenômeno peculiar de um ‘sexo natural’” (BUTLER, 2003, p.199) se rompe, e é importante apontar aqui a ideia de um sexo biológico e um gênero culturalmente produzido, assim, as teorias hegemônicas apontam que

O termo gênero vem sendo empregado progressivamente em substituição ao termo sexo para destacar os aspectos culturais, psicológicos, ideológicos e socialmente construídos e, assim, diferenciá-los dos componentes meramente biológicos. O gênero é um agrupamento social ou um aspecto da identidade social (...). O termo sexo aparece em estudos iniciais (da década de 1960 e 1970), mas, a partir dos anos 1980, tem se preferido gênero, o que reflete uma distinção comum feita nas ciências sociais entre ‘sexo’ como atributo biológico e ‘gênero’ como atributo sociológico. O sexo/gênero aparece em diversos estudos variacionistas como uma variável social na análise da variação e da mudança” (BAGNO, 2017, p. 151).

Toma-se a compreensão de que é o próprio sexo um produto do sistema de gênero “aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2003, p. 25), sistema que institui uma desigual distribuição de poder e estabelece relações sociais assimétricas e violentas, estabelecendo-se por meio das instituições hétero-patriarcais coloniais.

Afirmar a colonialidade hétero-patriarcal é ressaltar a violência de gênero como a outra face da moeda da modernidade, compreendendo, portanto, a violência e a

exclusão dos corpos feminilizados pelos dispositivos de sexualidade e gênero como inerentes à própria dinâmica global moderna, em suas estruturas múltiplas de hierarquizações.

Ese efecto violento resulta del mandato moral y moralizador de reducir y aprisionar la mujer en su posición subordinada, por todos los medios posibles, recurriendo a la violencia sexual, psicológica y física, o manteniendo la violencia estructural del orden social y económico en lo que hoy los especialistas ya están describiendo como la 'feminización de la pobreza' (SEGATO, 2003, p. 15).

As relações entre homens e mulheres, enquanto *status* relativos de poder e subordinação hierarquizados no espaço global, se estabelece e reproduz mediante um repetitivo ciclo de violências, que afeta sobremaneira os corpos feminilizados, em especial em suas intersecções, que estarão sempre relacionadas a estes sistemas de status, impedindo em consequência a consolidação de um processo democrático em seu sentido amplo de participação social.

As categorías interseccionais de análise “son creaciones históricas para la dominación, funcionales para la extracción de valor no reconocido, no remunerado – una plusvalía racial y patriarcal” (SEGATO, 2018, p. 59). Vamos, assim, de encontro ao entendimento que “las razas no existen como categorías de clasificación humana sino como construcciones imaginarias, como idea, como significantes que contienen una intensión política para justificar desigualdades sociales, política y culturales” (CURIEL, 2014, p. 15), dessa forma, o proceso de atribuição de uma raça, de um gênero, a definição de uma sexualidade e a divisão em classes sociais são todos dispositivos de controle e governo da população no mundo moderno/colonial capitalista e neoliberal, onde emerge como central a resistência perpetrada pelos movimentos sociais.

[...] deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper com todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado (FOUCAULT, 2008, p. 749).

Essa resistência é tomada como viva e móvel, no sentido de que “ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea (...). Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (FOUCAULT, 2011, p. 241). Portanto, as manifestações massivas feministas representadas na Argentina pelo movimento Laços Verdes, no Brasil pelo Ele Não e no Chile pela Onda Lilás são tomados como forma central de resistência ao avanço neoconservador e neoliberal, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

O direito passa a existir quando é exercido, e exercido por aqueles que agem unidos em aliança. (...) quando populações se unem, sem a proteção da lei e sem permissão para se manifestar, com o objetivo de derrubar um regime legal injusto ou criminoso, ou para protestar contramedidas de austeridade que destroem a possibilidade de emprego e de educação para muitos (BUTLER, 2018, p. 90).

As manifestações sociais e a defesa de um estado democrático frente a um avanço neoconservador autoritário é a luta pela construção de um espaço social livre de violência, livre do constrangimento sistemático à autonomia, assim como das desigualdades que potencializam as vulnerabilidades e a subordinação em especial, ainda que não somente, de corpos feminilizados, e o feminismo aponta possibilidades reflexivas radicais, ao passo que se vê confrontado com a “necessidade de ‘pensar a diferença’ ao refletir sobre a impossibilidade da existência de uma experiência comum entre as mulheres – como a de opressão, por exemplo – independente de aspectos como raça, classe social, orientação sexual, etc.” (MACÊDO, 2011, p. 40-41).

Podemos definir democracia como governo pelo povo ou governo pelo poder do povo. Mas quando foi, de fato, que o povo governou? Para o feminismo, desde a sua origem, impõe-se a questão sobre as mulheres como parte do povo que governa. A esfera política foi historicamente construída como um domínio dos homens e está relacionada com a dominação sobre as mulheres no espaço da vida privada (ÁVILA, 2005, p. 1).

Feminismo, como movimento político, nascido do confronto da relação entre liberdade pública e dominação privada, intrínseco a si mesmo uma exigência de radicalidade, de pensar a democracia, não somente como sistema político, mas como modo próprio de organização da vida social, capaz de se firmar “numa sociedade complexa e com muitos milhões de pessoas [onde] a comunicação democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo” (YOUNG, 2006, p. 140).

Abrimos assim a análise acerca dos processos democráticos, buscando compreender o peso das intersecções apontadas pelas teorias políticas feministas democráticas em suas práticas enquanto movimentos sociais na Argentina, Brasil e Chile.

No que tange ao cenário brasileiro atual, conforme MENEZES e NEDEL (2016, p. 1), pode-se afirmar que democracia está em crise, isso pois, de forma gradativa, os cidadãos vêm perdendo a confiabilidade no Estado e sua representatividade, buscando meios alternativos para repensar, e em alguns casos, refazer a política.

O segundo mandato de Dilma Rousseff, eleita após votação acirrada, foi marcado por um golpe que destituiu a presidenta com um processo de impedimento e deposição do cargo em 31/08/2016, tendo cumprido somente 1 ano e 243 dias do governo para o qual foi eleita.

A crise democrática que assola o país, o avanço do conservadorismo nas instituições e na sociedade, o desembarque de uma grande parcela das feministas do Governo, as novas perspectivas teóricas sobre o conceito de gênero fazem que o feminismo brasileiro viva um intenso momento de transformação (SCHUMACHER, 2018, p. 51).

A ruptura do tecido democrático estabelecido durante os 13 anos de governo PT tem se consolidado com desconstrução das políticas com perspectiva interseccional, o afastamento do diálogo democrático com os movimentos, desconstrução dos processos das Conferências, Conselhos e Secretarias que reconheciam a diversidade, o multiculturalismo que trabalhavam em defesa dos direitos humanos e da mulher, buscando construir meios de redistribuição do poder e dos recursos para enfrentar as desigualdades de classe, raciais, étnicas, indentityárias, de orientação sexual, geracionais e de cosmovisão.

Com a entrada do vice-presidente de Dilma no cargo presidencial, Michel Temer, que permanece no cargo por 2 anos e 123 dias, governando em um cenário em que chegou a ter um percentual de reprovação de 79% e aprovação de 4% da população brasileira seguindo o portal de notícias G1 (MODZELESKI, 2018).

A eleição seguinte realizada no ano de 2018 é marcada pelo embate entre o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) da antiga presidente e do Partido Social Liberal (PSL), quando, após um embate feroz, Jair Bolsonaro do PSL é eleito, com um discurso marcado por pautas como a liberação do uso de armas, o apoio a violência policial e estatal, a defesa da privatização dos serviços públicos básicos como educação, saúde e previdência, além de forte conservadorismo em relação a pautas como direitos reprodutivos femininos, direitos civis LGBTQs e crítica aos direitos humanos em geral. Nos primeiros 6 meses de governo, Jair Bolsonaro é apontado como tendo aprovação de 32% e reprovação de 32% da população brasileira.

O cenário democrático, dual e complexo é similar na Argentina, onde, após 12 anos do governo peronista de Cristina Kirchner, no ano de 2015, é eleito com 51,4% dos votos como presidente Mauricio Macri, tendo uma vitória acirrada por pouco mais de 700.000 votos que o segundo colocado e aliado da ex-presidenta, em um país com 32 milhões de pessoas aptas a votar. Apontado pelo Site EM - Estado de Minas (2015) como liberal de direita, Macri é eleito com pautas de liberalização da economia que colocam fim a restrições nacionais à compra de dólares e tarifas de proteções para importação e exportação. Como o presidente brasileiro, frente a mobilizações populares acirradas e uma crise econômica acirrada, em julho de 2018 o presidente argentino contava com 37% de aprovação popular, sendo que “a desaprovação de seu governo chegou a 61%” (VALOR,

2018).

No Chile o cenário mostra similaridades, pois o governo com traços progressistas e de esquerda de Michelle Bachelet acaba por se revezar com o do ex-presidente conservador e neoliberal Sebastián Piñera, assim, atualmente “essa vitória consolida no Chile, a guinada liberal da região que teve início em 2015 na Argentina com a vitória de Mauricio Macri” (CUÉ, 2017), o presidente atual com suas bandeiras que envolvem políticas de apoio a natalidade e segurança no país traz em seu bojo argumentos contrários às reivindicações feministas.

A representatividade democrática é posta em xeque quando, no primeiro semestre de 2019 a aprovação do governo chileno “caiu para 27% durante o seu primeiro ano no cargo, ao passo que a rejeição subiu para 63% em um período em que as instituições e as políticas estão sob questionamento” (EXAME, 2018). Desde os anos 1980-90 que o país havia criado redes e coordenadorias feministas institucionalizadas, a saída desses espaços, com o afastamento do governo, levam ao embate direto, e ao fortalecimento dos movimentos de rua que exigem a melhoria de acessos a políticas de saúde e combate à violência.

As democracias na Argentina, Brasil e Chile apresentam, assim, elementos que dialogam com argumentos que afirmam sua fragilidade, em especial em momentos de crise econômica, acompanhada do avanço de discursos antidemocráticos e ditatoriais, mesmo que os governos que compuseram o chamado ciclo progressista latino-americano tenham demonstrado sua incapacidade de dar as respostas necessárias as transformações exigidas pelos movimentos feministas, como apontaram as autoras ao final da terceira onda feminista

[...] deparamo-nos com novos cenários constituídos pelo avanço do conservadorismo, fundamentalismos e intolerância associados a projetos do campo da extrema direita, que ganham espaço e força no âmbito político e social, em muitos casos revestidos de discursos religiosos e moralistas (GONZALEZ, 2019, p. 176).

Avanço esse que traz riscos e cobra uma resistência forte e articulada, que vem se dando por meio do levante feminista nos três países do cone sul, que foram de Estados governados por mulheres progressistas com políticas apontadas como mais à esquerda, para governos de homens conservadores de direita, assistindo à exclusão massiva dos quadros femininos dos governos e seus ministérios, bem como a liberalização econômica, gerando um cenário de convulsão e mobilizações populares que gritam a falta de representatividade democrática nos governos.

3.1 MOVIMENTOS E MARCHAS DE MULHERES EM TORNO DA DEFESA DA DEMOCRACIA

Como exposto no capítulo anterior a segunda década do século XXI se vê marcada por um complicado momento de crise econômica capitalista e democrática política. As políticas estabelecidas por governos progressistas de centro esquerda ao longo da primeira década e meia do século, não foram capazes de evitar uma essa nova crise que toma contornos generalizados em um capital global, acompanhamos nesse momento uma nova onda neoconservadora, de políticas ultraliberais e discursos autoritários que ameaçam os Estados democráticos e buscam retornar as mulheres à velha dicotomia do espaço privado.

Nesse cenário “as mulheres têm-se posicionado na linha de frente das resistências para confrontar violentas e contundentes ameaças. Em vários países da América Latina, como Nicarágua, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai” (GONZALEZ, 2019, p. 126), os movimentos feministas tomaram as ruas, uniram pautas, e vêm mostrando o caminho da resistência democrática, reforçando que

As manifestações são uma das poucas maneiras de superar o poder da polícia, especialmente quando essas assembleias se tornam, ao mesmo tempo, muito grandes e muito móveis, muito condensadas e muito difusas para serem contidas pelo poder policial e quando têm os recursos para regenerar seu próprio local (BUTLER, 2018, p.84).

Na Argentina, no Brasil e no Chile, como já apontado, esses movimentos de resistência se consolidam de modo ainda mais contundente, dialogam em um cenário globalizado de pautas e militâncias político feministas, inspiram-se e se retroalimentam, proximam-se e distanciam-se na medida de suas realidades locais, contribuindo para a construção de um espaço de micro e macro resistências ao sistema mundo colonial, patriarcal e capitalista.

Este último capítulo da pesquisa desenvolvida busca compreender a magnitude das marchas de mulheres que ocorreram nos três países estudados. Isso se faz no intuito de pensar os pontos comuns e divergentes em suas agendas, levando a uma reflexão acerca da reivindicação de uma nova ética, de viés feminista, e seu poder revolucionário para esses estados.

O primeiro subcapítulo traz as principais informações acerca do momento político de cada um dos países estudados, contextualizando o que chamamos de avanço neoconservador, e os perigos democráticos que trazem em seu bojo. A seguir se refletem os aspectos específicos das três marchas de mulheres ocorridas no ano de 2018 que moveram milhões e tomaram as ruas, apontando alguns de seus reflexos ainda no ano de

2019, com relatos obtidos ainda por meio de entrevistas pessoais com integrantes do movimento e pesquisadoras da área.

Opta-se por uma ordem de narrativa cronológica, ainda que esses movimentos se aproximem temporalmente, desse modo, passaremos pela onda lilás, ou maio feminista do Chile, que entre maio e julho de 2018 teve como palco uma das maiores mobilizações feministas de sua história, quando, em mais de vinte universidades e escolas, as estudantes ocupam massivamente esses prédios públicos e tomam as ruas para protestar contra práticas machistas, abusos e assédio no ambiente estudantil, reivindicando principalmente uma educação não-sexista, movimento que levará em 08 de maio de 2019 ao registro da maior mobilização feminista da história, quando aproximadamente 800 mil mulheres se mobilizam no país e retomam suas reivindicações históricas feministas.

Em seguida, o movimento de 04 de junho de 2018, que mesmo sem uma estimativa oficial, milhões de pessoas vão as ruas da Avenida de Mayo e fazem com que a capital Argentina, Buenos Aires, entre em convulsão, movimentando todo Congresso Nacional argentino, com milhões de mulheres e apoiadores, com lenços verdes, se mobilizando e exigindo o direito ao aborto legal, seguro e gratuito. Movimento que segue ganhando força no ano de 2019, a Maré Verde, tinge as ruas da Argentina e pressiona a reformulação legislativa nacional.

Por fim, chegaremos ao 29 de setembro de 2018 no Brasil, onde, também sem estimativas oficiais, já que aparentemente não interessa aos Estados divulgar a dimensão exata dos levantes populares feministas que tomam suas ruas, cerca de 114 cidades se mobilizam na defesa da democracia e dos direitos humanos contra a eleição de Jair Bolsonaro e suas políticas contrárias aos Direitos Humanos e equidade de gênero. Movimento que perde folego com a eleição do presidente, mas se reinventa em 2019 em defesa da educação e resistência democrática.

4 DEMOCRACIAS GOLPEADAS: DA CRISE GLOBAL À ASCENSÃO DA DIREITA CONSERVADORA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Durante boa parte da primeira década do século XXI, as economias latino-americanas alcançaram significativos índices de crescimento econômico, superiores aos verificados no final do séc. XX. Argentina, Brasil e Chile veem consolidando um período não apenas de maior distribuição social e desenvolvimento econômico, como também de estabilidade política.

Esse cenário até então favorável inicia um percurso de derrocada ao final da primeira e início da segunda década do século XXI, quando entre 2007 e 2008 resta marcado o início do colapso dos mercados financeiros estadunidenses em decorrência de hipotecas podres, concedidas, com juros altos, a pessoas físicas com elevado risco de créditos, que levam à falência o Lehman Brothers Inc, banco com atuação global e com sede em Nova Iorque. O que se observa nesse momento é a eclosão de uma crise do capital, que tomará efeitos globais, descrita em detalhes por Pozzi (2017), chamada Bolha Imobiliária dos Estados Unidos, e que levará em 2009 e 2010 alguns dos principais países europeus a uma crise sem precedentes em tempos modernos.

[...] a crise norte-americana se propagou para o resto do mundo por intermédio de três canais. O primeiro foi a diminuições das exportações (...). O segundo (...) se estendeu através dos fluxos de capital, os investidores dos Estados Unidos se tornaram relutantes em manter ativos de valor incerto e os bancos pararam de conceder empréstimos (...). O terceiro canal de propagação (...) está diretamente relacionado à diminuição da confiança (...) Embora tenha sido nos Estados Unidos a confiança diminuiu e acarretou a diminuição na demanda e na produção (CABRAL, 2014, p. 31).

A crise econômica europeia é apontada nesse sentido como decorrente diretamente da Bolha Imobiliária estadunidense, e foi a mais longa e profunda crise desde a Grande Depressão de 1929, como ressalta Pinto (2013). A crise se propaga por meio dos mercados financeiros globalizados e interconectados do sistema capitalista contemporâneo, e atinge em cheio “a União Europeia, que se acreditava ser o mais sólido bloco econômico do mundo” (SENADO, 2013).

As principais razões para a crise europeia são apontadas por Cabral (2014, p. 38) como o elevado grau de endividamento dos Estados, somados a pressão política e econômica exercida pela União Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Central Europeu e a uma crise de confiança no mercado que se baseia nos efeitos globais da propagação mundial da crise estadunidense.

Nesse cenário, a Europa vê milhões de cidadãos tomando as ruas, em manifestações que buscam uma resposta do Estado, freios ao desemprego e a retração econômica generalizada. Nos anos seguintes, de modos distintos, mas generalizado, os países latino-americanos veem instaurando em seus territórios um período também de instabilidade política e estagnação econômica que os afeta até os dias atuais e encontra suas raízes nos mesmos fatos.

Em resposta a essa crise, “vem ocorrendo uma reação crescente, em grande medida mobilizada por convicções religiosas, que afirmam a necessidade de contenção dos avanços do secularismo e dos comportamentos e valores mais liberais” (ALMEIDA, 2019, p. 46).

Esse movimento neoconservador, à medida em que deriva da confluência de diversos grupos das direitas cuja união é possível pela percepção de um inimigo comum, que tem como face central os movimentos feministas, de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades sexuais e de gênero (LGBTI+), bem como de esquerda, sendo um movimento contrarrevolucionário na medida em que se estrutura como reação ao Estado de bem estar social, à contracultura e as novas esquerdas, diretamente atreladas ao pós Segunda Guerra Mundial e ao regime de acumulação fordista.

Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. A crise, conforme esta leitura de mundo, não era do Welfare State, para os novos conservadores o intervencionismo característicos do Welfare State era o principal motivo da crise (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Essa aliança entre as direitas, capaz de formar esse movimento neoconservador ultraliberal, se daria em especial pela aliança dos setores mais extremados das direitas incluindo “três vertentes principais, que são o [neo]liberalismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p. 19) e não se consolida apenas como um movimento reativo, mas ativo nas disputas políticas, pela moral, pelo espaço cultural e pela legislação estatal, que, ao ganhar força, ameaça engolir as forças democráticas e progressistas.

Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. ‘Direitas’, ‘novas direitas’, ‘onda conservadora’, ‘fascismo’, ‘reacionismo’. Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacionais e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (GALLEGO, 2018, p. 13).

Esse neoconservadorismo tem por pauta a restauração de uma pressuposta autoridade da lei, em seus sentidos mais estritos patriarcais, racistas, sexistas e coloniais. Discursos que propagam uma suposta necessidade de restabelecimento de uma ordem supostamente já existida em tempos passados, que seria alcançada com a defesa de um estado mínimo distante das pautas de bem-estar e justiça social, ainda que ativo na consolidação de exclusões em especial por manter intactos os dispositivos produtores de desigualdade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Um discurso que revive e fortalece autoritarismos, viola a proteção aos Direitos e garantias fundamentais, aos Direitos Humanos e à democracia participativa e se forma exatamente na medida em que pautas feministas e de gênero ganhavam espaço no campo progressista democrático.

Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem apagadas as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo raciais sempre fizeram parte da ordem social, abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória sociedade sem classes levaria a uma degradação cultural sem precedentes (ALMEIDA, 2018, p. 28).

As diferenças apontadas pela teoria da interseccionalidade no capítulo anterior, no sentido de discriminações sobrepostas, produzidas social e culturalmente como modo excluir alguns em benefício de outros, são tratadas nesses discursos neoconservadores como fatores naturais, inerentes à própria condição humana, sendo inclusive a percepção dos Direitos Humanos enquanto uma “disposição em relação às outras pessoas, um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado num mundo secular” (HUNT, 2009, p.25), de modo a buscar desestruturar essas bases naturalistas o fator responsável diretamente pelas mazelas sociais decorrentes da crise econômica e política social.

É nessa medida, que a pluralidade democrática é uma ameaça, passando a ser tratada como problema a ser corrigido de modo a retomar a ordem e o progresso sociais. Frente a esse cenário coaduna-se com o entendimento de que “o silêncio não é mais uma possibilidade. A incapacidade de entender os acontecimentos tão pouco. A democracia está em jogo” (GALLEGO, 2018, p. 16).

É necessário refletir os caminhos possíveis de radicalização e pluralização da democracia, o que os movimentos feministas vem tornando possível ao tomarem as ruas com suas reivindicações e corpos.

A pluralidade democrática depende da garantia do espaço para o florescimento de identidades baseadas em crenças e práticas distintas. Mas é preciso garantir que

esse espaço seja livre de violência, do constrangimento sistemático à autonomia de parte dos indivíduos, assim com das desigualdade que potencializam o exercício da autoridade por parte de alguns e a vulnerabilidade e a subordinação de outras (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 46).

Essa reivindicação e resistência de pluralidade e radicalidade democrática pondo freios aos ideais neoconservadores que tomam força no mundo ocidental e afetam diretamente os países estudados, parte da percepção de que todo direito é em essência precário e frágil, assim como a democracia e todas as conquistas dos movimentos feministas nos últimos anos são frutos de árdua luta política em torno da luta por valores e sentidos.

Sendo assim “uma construção social e histórica que pode abrir margem para avanços na sua consolidação, ou para sua total revogação. Não há direito adquirido que seja eterno e imutável” (QUINALHA, 2019, p. 266), realidade que se mostra ainda mais real com todo o desmonte promovido nos Estados frente ao avanço desses movimentos neoconservadores.

As reivindicações feministas sobre a lei e a democracia tem esse traço, não apenas crítico, mas de disputa, como afirma também Santamaría, Salgado e Villadares (2009, p. XIV) refresca a tão pesada e monótona tradição jurídica, destaca que a lei nunca é neutra, sendo capaz de desconstruir as normas aparentemente protecionistas até apontar seu ponto censurável e conservador, estando ainda direta e inevitavelmente com o cotidiano geral, isso pois todos estamos inevitavelmente em relações de poder quanto ao gênero, e acrescentaria, quanto a sexualidade, raça e classe.

A América Latina e a região do caribe encontram-se em um momento histórico de transição e disputa política, onde a aliança entre setores contra-direitos, religiosos fundamentalistas e políticos ultraconservadores força seu avanço por um perigo caminho. Isso coloca em risco os ganhos alcançados por meio de movimentos de luta social, político e cultural, depois de uma faze que nós podemos chamar de década de conquistas para a população LGBT e mulheres (MENDOS, 2019, p. 103²).

Nos três países do Cone Sul estudados, é possível perceber como a passagem dos governados de mulheres progressistas com políticas apontadas como mais à esquerda, tem uma radical transição ao passam para um governo de homens conservadores de direita, assistindo à exclusão massiva dos quadros femininos dos governos e seus ministérios, o desmonte de políticas de assistência e à privatização ainda

² Tradução livre, do original: “The Latin American and Caribbean region finds itself in a historic moment of transition and political dispute, where the alliances between anti-rights religious fundamentalist sectors and the ultraconservative political forces are advancing in a dangerous way.4 This puts in tension and risks the gains achieved by movements through the social, political and cultural struggle, after a stage that we can call a decade of achievements for the LGBT population and women” (MENDOS, 2019, p. 103).

mais acelerada das estruturas estatais, a falta de representatividade democrática dos governos fica estampada nas notícias dos telejornais e nas manifestações populares que se multiplicam.

As manifestações e marchas de mulheres que ganharam visibilidade na arena pública na Argentina, Brasil e Chile não apenas por trazerem velhas e novas bandeiras feministas no bojo de suas reivindicações, mas principalmente ao se posicionarem como baluartes em defesa da própria democracia, com uma crítica contundente ao avanço vislumbrado do neoconservadorismo neoliberal nos três países.

No Chile o cenário após o governo de Michelle Bachelet, Sebastián Piñera assume em 2018 com uma vitória muito clara sobre o rival Alejandro Guillier, aliado da ex-presidenta. “Essa vitória consolida no Chile a guinada liberal da região que teve início em 2015 na Argentina com a vitória de Mauricio Macri” (CUÉ, 2017).

As bandeiras do novo governo envolvem políticas de apoio à natalidade e segurança no país, que em seu significado trazem a negativa aos movimentos que reivindicam o direito ao aborto legal e seguro, e à criminalização dos movimentos sociais. Atualmente, no primeiro semestre de 2019, a aprovação do governo chileno “caiu para 27% durante o seu primeiro ano no cargo, ao passo que a rejeição subiu para 63% em um período em que as instituições e as políticas estão sob questionamento” (EXAME, 2018).

A influência religiosa na política é antiga, enraizada nos processos políticos ainda que, de início, como no Brasil e na Argentina, o princípio da laicidade sejam parte intrínseca aos estados de direito modernos e pressuposto fundamental para governar.

[...] os setores religiosos foram protagonistas importantes com os quais as feministas no Estado ou em diálogo com o Estado tiveram que lidar, e os governos progressistas tiveram que negociar. E este mostrou-se um aspecto central destas disputas, ao condicionar e limitar as aproximações possíveis entre projetos e agendas (GONZÁLEZ, 2019, p. 178).

O Chile é tido como uma espécie de laboratório de neoliberalismo na região da América Latina, “Um modelo a seguir. Um oásis. Um milagre econômico. Esses eram alguns dos elogios ao modelo econômico chileno, que se destacou na América Latina, região com sérios problemas sociais” (ROURA, 2019).

Foi tido assim como verdadeiro país de publicidade dos benefícios desse modelo de desenvolvimento desde a época ditatorial de Pinochet. “O outro lado da moeda é que, de acordo com os indicadores do Banco Mundial, o Chile é um dos dez países mais desiguais do planeta” (URREJOLA, 2019), tendo passado por processos acentuados de privatizações e desmonte de políticas públicas, o que levou ao levante de dezenas de milhares de manifestantes, em sua maioria estudantes, que saíram às ruas para exigir

mudanças nos últimos meses de 2019, em uma série de protestos que pode ser apontado como a retomada a um movimento já iniciado pelas militantes feministas em 2018.

Na Argentina, o cenário democrático se apresenta de modo dual e complexo, ao contrário do Chile, país em que, nas últimas 4 eleições presidenciais se alternaram no poder Piñera e Bachellet, os argentinos vivenciaram 12 anos do governo peronista dos Kirchner, e no ano de 2015, marcando uma guinada à direita, após a eleição com 51,4% dos votos de Mauricio Macri, vitória acirrada por pouco mais de 700.000 votos.

Apontado pelo Site EM - Estado de Minas (2015) como liberal de direita, Macri é eleito com pautas muito semelhantes às de Piñera no Chile, com discurso favorável a liberalização da economia, pondo fim a restrições nacionais à compra de dólares e tarifas de proteções para importação e exportação, bem como contrário às pautas feministas e LGBTI+.

Frente a mobilizações populares acirradas e uma crise econômica estagnada. Em julho de 2018, o presidente argentino contava com 37% de aprovação popular, sendo que “a desaprovação de seu governo chegou a 61%” (VALOR, 2018). Até o ano de 2019 a situação de Macri e da Argentina apenas piorou, os movimentos sociais se aliaram e as pautas e reivindicações aumentaram.

Macri, que perdeu o controle da dívida (razão pela qual foi obrigado a buscar ajuda contraindo uma dívida adicional de 57 bilhões de dólares — cerca de 236 bilhões de reais — com o Fundo Monetário Internacional), não foi capaz de domar a inflação, provocou uma recessão com sua política de austeridade e, principalmente, não soube perceber o mal-estar que se sentia nas casas de um país em que mais de um terço da população vive na pobreza e quase 10% sofre deficiências alimentares severas (GONZÁLES, 2019).

É possível apontar ligações assim entre o crescimento da marcha de mulheres na Argentina, a Maré Verde, e seus questionamentos e enfrentamentos às políticas capitalistas e neoconservadoras do governo Macri como parte central do processo histórico que leva a não reeleição do presidente nas últimas eleições de 2019, unindo-se aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos a um movimento de rua que reivindica maior representação e participação política.

O Brasil, em similitude ao Chile e à Argentina, passa por uma crise política e de representação intensa, resultante da desarticulação de um modelo político centrado em alianças que tinham o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em seu centro, em diálogo com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Modelo que está se desarticulando tanto em razão de seu afastamento em relação às demandas sociais efetivas, quanto às extensas investigações sobre corrupção

que atingiram o PT, partido no governo durante uma década, até o ano de 2016, que foram levadas adiante no contexto da operação lava-jato, como afirma Rodriguez (2017, p. 219) e marcou o fim de um ciclo democrático, iniciado em 1964 no país com o fim da ditadura.

O Brasil pertence ao grupo de países que adotaram, nos últimos 50 anos, uma economia capitalista moderna e internacionalizada. Países que procuram implantar uma ordem capitalista moderna têm de criar novas instituições. (...) A moderna ordem econômica capitalista penetra todas as esferas da vida social e estende-se a outras instituições; a lógica do mercado torna-se a regra predominante para a organização da vida política e social, e os comportamentos individuais também são embutidos na lógica da produção econômica (NUNES, 1997, p. 15).

No Brasil, no segundo mandato de Dilma Rousseff, eleita após votação acirrada como antes mencionado, a presidenta sofre um processo de impedimento e deposição do cargo em 31/08/2016. O então vice-presidente Michel Temer assume a presidência por 2 anos e 123 dias, sendo do partido hoje denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Temer chegou a ter um percentual de reprovação de 79% da população e aprovação de 4% dos brasileiros seguindo o portal de notícias G1 (MODZELESKI, 2018), fator que já indica a fragilização do processo democráticos.

O novo período eleitoral do ano de 2018 vai ser marcado pelo embate entre o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Fernando Haddad e Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), após impedimento judicial da participação do ex-presidente Lula do pleito eleitoral.

O presidenciável pelo PSL acaba por vencer as eleições marcadas por mobilizações e protestos, em especial decorrentes de seus discursos marcados por pautas como a liberação do uso de armas, o apoio e incitação à violência policial e estatal, a defesa da privatização dos serviços públicos básicos como educação, saúde e previdência, além de forte conservadorismo em relação a pautas como direitos reprodutivos femininos, direitos civis LGBTI+ e crítica e descrédito dos Direitos Humanos em geral.

Nos primeiros 6 meses de governo Jair Bolsonaro é apontado como tendo aprovação de 32% e reprovação de 32% da população brasileira, índice que serve como marcador para a indicação democrática representativa do governo, e que pode ser percebido mais claramente ao ser comparado com outros presidentes do país.

[...] índice de ótimo/bom inferior ao registrado em início de governo pelos ex-presidentes Fernando Collor de Mello (45% em maio de 1990); Itamar Franco (34% em janeiro de 1993); Fernando Henrique Cardoso no 1º mandato (41% em março de 1995); Dilma Rousseff também no 1º mandato (56% em março de 2011); e Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos (51% e março de 2003 e 49% em março de 2007) (MODZELESKI, 2018).

Independentemente da compreensão que se tenha do que houve em 2016,

como destaca Biroli (2018, p. 297), os governos de Temer e Bolsonaro inegavelmente possuem profundas marcas de alterações que afastaram o Brasil do ciclo anterior. Primeiramente se destaca o desrespeito ao processo eleitoral que levou em 2015 ao poder Dilma, seguido da ampliação da atuação judiciária e da criminalização dos espectros da pluralidade política nacional, o que acarreta uma ampla crise do sistema partidário, e coloca o país face a ameaças de um governo autoritário, de inclinações pró-ditatoriais.

Foi a partir do processo de *impeachment* de Dilma também onde as agendas feministas e LGBTI+ de igualdade de gênero e diversidade sofreram maior reação e perseguição por parte das direitas neoconservadoras, e de modo mais agudo ainda, dentro do Congresso.

Mobilizada por grupos religiosos reacionários, numa aliança entre católicos e evangélicos que define o padrão nacional da campanha contra a chamada 'ideologia de gênero', coloca em xeque ao mesmo tempo as agendas mencionadas, a produção de conhecimento normativamente referenciada por elas e a legitimidade dos movimentos feministas e LGBT como atores políticos (BIROLI, 2018a). Nesse processo, estereótipos de gênero que pareciam marginais no debate público brasileiro voltaram às páginas de jornais e revistas de circulação nacional e circularam em outros espaços de informação e conexão (BIROLI, 2018, p. 299).

Esse processo se consolida com o desmonte das políticas estatais construídas ao longo dos governos anteriores por exemplo, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003 como uma secretaria especial ligada à Presidência da República, transformada, em 2011, em um Ministério, alcançando assim o mais alto nível na estrutura estatal, que passa em 2015, já durante o governo Dilma, sobre forte pressão do Congresso, a integrar os ministérios de Igualdade Racial e Direitos Humanos e, em 2016, será sublocada como uma secretaria ligada ao Ministério da Justiça, passando a identificar-se como um mecanismo com o mais baixo nível hierárquico.

Situação que vai ficar ainda pior em 2018, durante o governo Bolsonaro, ao manter este status, mas rearranjar o ministério de modo a ser integrado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com um viés marcadamente doutrinário neoconservador. As políticas de austeridade e desmonte promovidas pelo governo farão com que, mesmo após a derrota nas urnas, o movimento feminista se rearticule, se some a novas pautas, e siga como movimento de resistência ao novo ciclo governamental, levando em 2019 a um levante massivo de brasileiros a favor da educação pública e de qualidade e em diálogo com as pautas feministas do Ele Não de 2018.

4.1 A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA! ONDA LILÁS, LENÇOS VERDES E ELE NÃO: MULHERES PELA DEMOCRACIA

Apontados no capítulo anterior elementos que nos permitem compreender, ainda que parcialmente, os fenômenos sociais e econômicos que convulsionam Chile, Argentina e Brasil no final da segunda década do século XXI, buscamos agora elementos que permitam formar uma perspectiva acerca dos movimentos de mulheres que tomaram as ruas dos três países em 2018, percebendo alguns aspectos de continuidade desses no ano de 2019.

Entende-se que nos três países o cenário de avanço neoconservador, contrarrevolucionário e reacionista se consolida inicialmente na Argentina com a eleição de Maurício Macri, no Brasil a partir de 2016 com o *Impeachment* de Dilma e em 2018 no Chile com a saída de Bachelet e retorno ao poder de Piñera. É nesse contexto em que “a visão feminista do discurso democrático é essencial para que possamos olhar tais manifestações como expressão de um desejo de radicalização da democracia e não como um conjunto de ações que buscam afrontá-la” (RODRIGUEZ, 2017, p. 220)

Os movimentos que foram as ruas nos três países buscam enfrentar o sistema, onde as desigualdades se produzem e reproduzem, com uma inovação e capacidade de organização, generosidade e solidariedade, valendo-se de sua capacidade crítica para combater não apenas no sistema, mas nos próprios indivíduos e em si mesmos as formas de ação herdadas das tradições e sistemas de política autoritários.

O que se vê é uma reinvenção militante, “entre a fragmentação atomizada e os modelos totalitários, temos que inventar processos de democracia radical, capazes de alterar a ordem social vigente e as formas de fazer política” (ÀVILA, 2005, p. 3), o que vêm se fazendo a partir da ocupação de espaços públicos, que são em essência pertencentes ao grupo hegemônico, masculino, sejam a academia com suas universidades e espaços educacionais, as ruas ou praças, esses movimentos se fizeram corpos políticos, enquanto fim e meio da prática e da teoria democrática política.

Observamos exatamente essa prática/teoria feminista no caso da Onda Lilás Chilena, com seus

Corpos – ou *cuerpas*, como chamado e reconhecido por elas mesmas, que se reúnem nas ruas, que ocupam as universidades para denunciar e dizer que não aceitarão mais ser submetidas a estas violências; *cuerpas* que não serão mais silenciadas, subestimadas, objetificadas; que convertem sua vulnerabilidade em resistência; que se fortalecem e transformam umas às outras na/por meio da luta coletiva (GONZALEZ, 2019, p. 120).

O movimento de mulheres no Chile como exposto ao primeiro capítulo ecoou em todas as ondas feministas, e apesar de um enfraquecimento durante os anos pós ditatoriais em suas práticas de rua, mantiveram ativos seus encontros anuais de mulheres,

e retomaram com uma força nunca vista antes, tendo como estopim principal as reivindicações de um espaço universitário não sexista, que leva à ocupação de diversas universidades entre maio e junho de 2018.

Essas recentes mobilização ficaram conhecidas como *Mayo Feminista* em referência à maio de 1968, quando, na França, movimentos estudantis reivindicam maior liberdade sexual e sobre o corpo feminino. A “emancipação das mulheres e a revolução sexual que ocorreu na década de 1970 tiveram no Maio de 1968 suas sementes” (GENRO, 2018), quando na cidade de Paris, “estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos” (PINTO, 2010, p. 16), marco que representa também o movimento chileno.

Esse movimento de 2018 se tornou uma das maiores mobilizações feministas da história, e ainda assim, pouco ou quase nada se falou acerca no Brasil pelas mídias convencionais. De todo modo, se tratou de uma série de

[...] ocupações (tomas) e paralizações (paros) feministas realizados em mais de vinte universidades e colégios, as estudantes ocuparam massivamente as ruas com novas expressões, bandeiras e demandas para protestar e denunciar antigas e silenciadas práticas machistas cotidianas de abusos e assédios, relações de poder e objetificação de suas cuerpos (GONZALEZ, 2019, p. 115).

Toda a mobilização teve início nos centros universitários chilenos, iniciou-se de modo ainda tímido em meados de abril, porém a identificação e a proximidade das reivindicações em todos os espaços educacionais chilenos fez com que logo as ocupações e paralizações se massificassem, tendo seu auge em maio, mês em que mundialmente se celebra o dia da mulher, tradicional já por manifestações poderosas no país.

As estudantes levaram à luz uma série de denúncias de violações e assédios, bem como a inércia e insuficiência do Estado e das instituições universitárias em trazer justiça e punição aos culpados. “Fue el momento en que las reivindicaciones feministas dejaron de ser teorías e inundan no solo las calles, sino también las redes sociales, los medios de comunicaciones y el debate público” (SEPÚLVEDA, 2019).

As estudantes, não apenas pediam, mas exigiram mudanças no cenário educacional, reivindicando uma revolução feminista capaz de romper com o sexismo e o machismo institucionalizados. Ao todo, se somaram “57 câmpus universitários ocupados ou paralisados por suas estudantes – em toma ou paro feminista. No total, foram 26 universidades, públicas e privadas, ao longo de todo o país, além de alguns colégios nas cidades de Santiago e Valparaíso” (GONZALEZ, 2019, p. 116).

FOTO 10 e FOTO 11 – Onda Lillás, Maio Feminista, Movimento feminista no Chile em 2018.



Fonte: Luna (2018).



Fonte: Hernández (2018).

O movimento de estudantes feministas organizado em suas barricadas, assembleias e lideranças coletivas atingiu universidades públicas e privadas, tomou a capital Santiago e chegou a regiões do norte ao sul do Chile. Como aponta Gonzalez (2019, p. 118), da ocupação da Alameda em Santiago ao tradicional percurso de protestos na

capital, as feministas foram além, se reinventaram e desafiando convocaram toda a sociedade, em todos os cantos do país a apoiar e participar das mobilizações, conseguiram assim construir um movimento genuinamente nacional, onde coordenadoras de diferentes movimentos como o globalizado *Ni Una Menos*, a Confederação Nacional de Estudantes do Chile (CONFECH) e mobilizações autônomas virtuais e de rua, atingindo alcance nacional.

[...] la revolución feminista se toma la educación y la calle en Chile, Una oleada feminista sacude las aulas de Chile. Las estudiantes solicitan una reacción institucional más firme contra los casos de abuso y acoso sexual pero también un cambio estructural: una educación que deje de silenciar a las mujeres (LUNA, 2018).

Com toda a pressão exercida pelos movimentos, o governo se viu obrigado a negociar, ainda que pôr fim a todas as violências, sistemáticas, cotidianas, estruturais no Chile não seja algo fácil, vitórias foram conquistadas pelo movimento, não apenas a percepção do poder das mobilizações, da capacidade de articulação e organização das universitárias feministas chilenas, como também a força e aspecto global de suas reivindicações, em diferentes escalas até o dia de hoje, o maio feminista de 2018 foi, com certeza, um potente campo político e discursivo, e logrou remexer bases socioculturais e políticas chilenas.

Como explica Gonzalez (2019, p. 125), no ano de 2018 o movimento feminista conquistou resultados importantes, em especial nos quadros educacionais, como a desvinculação ou o afastamento de professores denunciados, o estabelecimento de protocolos internos para tratar violências de gênero e assédio, a implementação de cursos obrigatórios nas faculdades com temática de gênero e a incorporação de bibliografias escritas por mulheres nos cursos. Se criaram ainda departamentos de gênero e identidade e assistências estudantis para pais e mães estudantes, sendo reconhecido ainda o uso do nome social a pessoas trans (travestis, transexuais ou transgêneros) no âmbito estudantil, esse, com certeza, foi apenas o início de uma grande mudança para a sociedade chilena.

Foram essas mobilizações diretamente responsáveis por impulsionar o movimento de mulheres organizado em maio de 2019, onde, sob as #8M, #LaHuelgaFeministaVa e #NosotrasParamos, incitando o fim da criminalização da luta dos povos indígenas e do machismo sistêmico reforçado por uma educação privatizada, se registrou no Chile “en la conmemoración del Día Internacional de la Mujer, el 8 de marzo, (...) la que fue calificada como una histórica movilización: más de 400 mil asistentes sólo en Santiago y 800 mil a nivel nacional” (SEPÚLVEDA, 2019).

Estas son las 10 demandas que motivan la Huelga General Feminista de este viernes 8 de marzo:

1. Fin a la violencia política, sexual y económica hacia mujeres, disidencias sexuales, cuerpos racializados, migrantes y comunidades. Denunciamos la justicia patriarcal y racista. ¡No más femicidios en la impunidad!
2. Trabajo digno, estable y seguro para todxs. Fin a las AFP. Por un nuevo sistema de seguridad social, salud y cuidados. ¡Cuidar y criar también es trabajar!
3. DDHH y constitucional a la vivienda digna. Producción social del hábitat en manos de pobladoras y pobladores. Banco de suelos y movilidad.
4. Nueva ley de migración con enfoque de derechos y género. Libre organización y sindicalización de mujeres migrantes. Transversalizar el antirracismo en el feminismo.
5. Despenalización social del aborto. Derecho al aborto libre, legal, seguro y gratuito. Reconocimiento de derechos sexuales y reproductivos como DDHH.
6. Justicia y verdad ante violaciones de DDHH que precarizan la vida. Construir memoria feministas, antirracista, antipatriarcal, anticolonial y anticapitalista como herramienta para las luchas y resistencias.
7. Derecho a la educación artística interdisciplinaria. Nuevo sistema de financiamiento público a cultura la cultura y las artes. Ley de medios en Chile con perspectiva feminista.
8. Fin al extractivismo: No más zonas de sacrificio. Soberanía y autodeterminación de pueblos y territorios en resistencia. Desmilitarización en Wallmapu. Justicia para macarena Valdés, Camilo Catrillanca y todxs los que luchan.
9. Activismo feminista y queer en todos los territorios. Reconocimiento social y tipificación de incitación y crímenes de odio. Programas educativos sobre disidencias sexuales y género en educación y salud pública y privada.
10. Educación como derecho social desmercantilizado. Modelo educativo democrático, no sexista, anticolonial y laico (Oyarzun, 2019).

Suas reivindicações pelo fim da violência, trabalho digno, vida digna, direitos das mulheres migrantes, aborto livre e seguro, em defesa aos Direitos Humanos, e pelos direitos à educação e cultura, proteção indígena contra o extrativismo, pela proteção e reconhecimento das identidades sexuais e de gênero plurais e principalmente uma educação não sexista, anticolonial e laica transcenderam as reivindicações alinhadas ao capitalismo neoliberal.

O movimento feminista não apenas logrou ascender, como expandiu e explodiu o campo político chileno. Provocou debates em nível nacional e entrou no cotidiano das casas chilenas, como afirma Gonzalez (2019, p. 124). As estudantes chilenas levaram o feminismo, provavelmente de modo inédito, ao centro dos debates universitários, midiáticos, sociais e políticos do país.

FOTO 12 - Manifestação ocupa 4 Km de ruas no centro de Santiago no Chile em março de 2019.



Fonte: Sepúlveda (2019).

É a grandeza das mobilizações ocorridas em março de 2019 que demonstram a contundência e o caráter transnacional da luta dos movimentos feministas, que traz em seu interior pautas que transbordam as fronteiras dos países, e dialogam, como veremos mais à frente, com as dos outros países estudados, isso, pois dentre seus pontos centrais estão “el fin a la violencia sexual, política y económica hacia mujeres, trabajo digno y estable, derecho a la vivienda digna y despenalización del aborto” (MOSTRADOR, 2019).

Como aponta a socióloga e investigadora Valdés (2019), existe um nível de ativação diferente do ano de 2018. Ainda que sigam sendo praticamente as mesmas demandas e necessidades, existe uma força acumulada ao longo do ano que saiu às ruas do Chile nesse 8 de março de 2019.

Enquanto isso, o movimento de mulheres argentino, Laços Verdes ou Hijas de la Plaza de Mayo, do mesmo modo que as universitárias chilenas se enquadram na descrição anteriormente feita da quarta onda feminista, tendo se fortalecido e desenvolvido em grande medida como reflexo frente a incapacidade de resposta estatal às demandas feministas da terceira onda. As filhas recebem esse nome em herança direta das mobilizações das Madres de la Plaza de Mayo da segunda onda. As jovens do movimento laços verdes, promovem uma revolução onde o fim da tolerância ao machismo é o princípio da mudança.

No es una revolución puertas para adentro, sino una revolución callejera y plural, que cambia el paradigma de la maternidad y la obligatoriedad de la feminilidad cuidadora, que libera y que recibe, que aprende y desconstruye, que abriga y o pregunta si llevan el saquito puesto, sino que grita en una marea que salta las olas y se moja más allá de los roles fijos, las edades y los mandatos sociales. Y en la que todxs surfean más allá del horizonte que tenían impuesto (PEKER, 2019, p. 13-14).

A revolução exigida pelas Laços Verdes fez com que 2018 fosse considerado em diversos aspectos um ano histórico para o debate acerca dos direitos sexuais e reprodutivos na Argentina, e trouxe reflexos direitos ao cenário brasileiro, que veremos mais à frente.

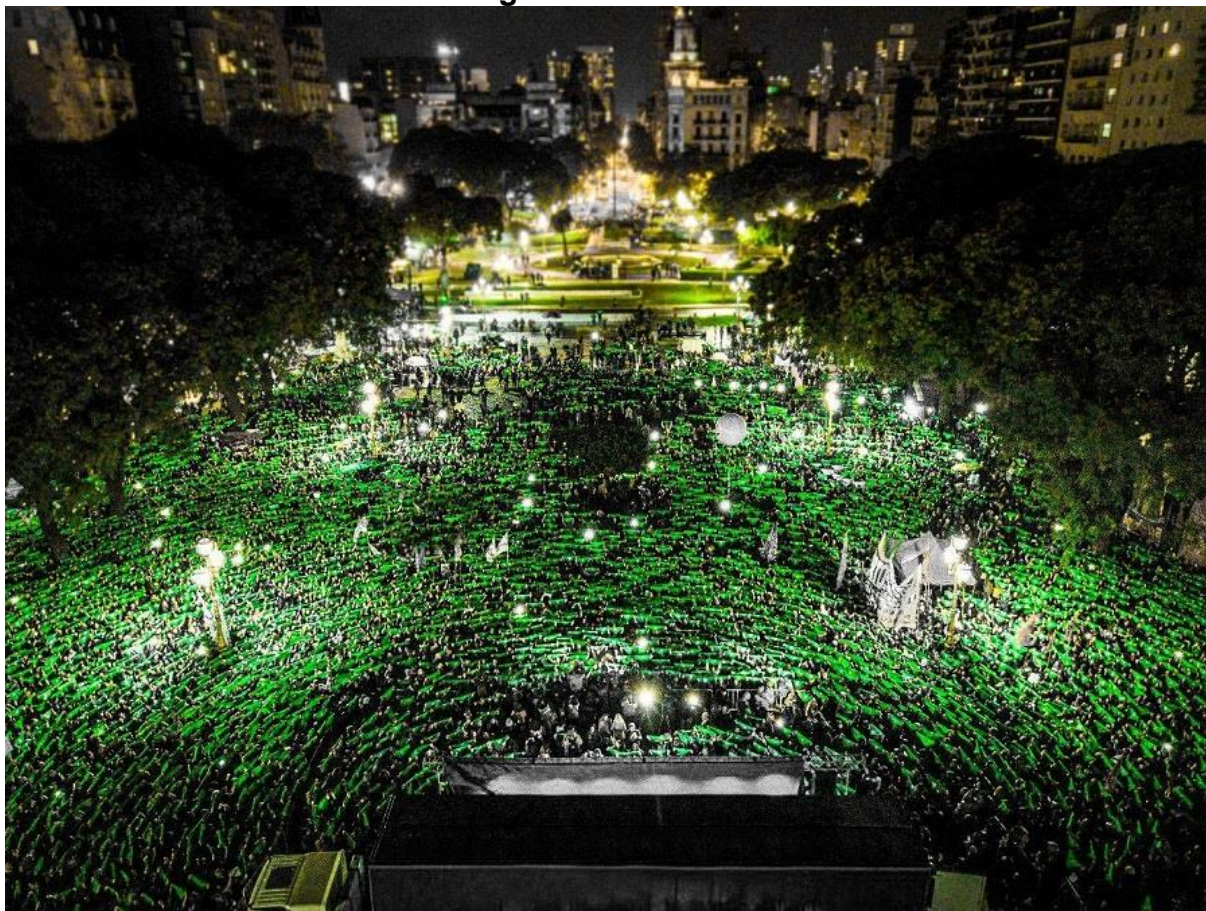
Como explica Carmo (2018), as mobilizações se iniciaram com o movimento Niguna a Menos, com protestos desde 2015 contra os feminicídios ocorridos no país, mobilização que alçou voo e se repetiu em outros países da América Latina, a luta contra o assassinato de mulheres e pessoas trans uniu diversas mulheres, para além da identidade feminista, assim como, em seguida, a reivindicação de legalização do aborto se tornou a pauta central.

Assim em 04 de junho de 2018, as mobilizações das Laços Verdes tiveram seu auge naquele ano, milhões de pessoas, sem uma estimativa oficial novamente, foram às ruas da Avenida de Mayo em Buenos Aires, marcharam até o Congresso Nacional argentino e reivindicaram o direito ao aborto legal, seguro e gratuito, pressionando os congressistas a reverem as legislações existentes no país.

[...] apesar da forte pressão da Igreja Católica e de outros grupos conservadores (...)Um pequeno triângulo de tecido verde se tornou acessório recorrente na Argentina. Adornou pescoços, cabeças e punhos. Estampou capas de revista e apareceu em programas de televisão. Cruzou fronteiras, acendeu curiosidades. E se consolidou como o símbolo oficial da luta pela despenalização do aborto, sem restrições, até a 14ª semana de gestação (...)novamente na história do nosso país, um lenço nos irmana. Nós estamos levando essa luta porque ontem foram as Mães e as Avós [da Praça de Maio] que levaram seu lenço branco a público (TERRA, 2018).

O lenço verde, pequeno triângulo de tecido, se tornou o símbolo nacional e reverberou internacionalmente, na defesa pela despenalização do aborto, em defesa do direito do aborto legal e seguro, mesmo assim, a despenalização ainda não chegou para as argentinas que venceram acirradamente na Câmara de Deputados, mas não passaram pelo Senado. No entanto, “não foi uma derrota, mas um ‘triunfo monumental’ das mulheres que, após anos de mobilização, conseguiram levar o debate da legalização do aborto até o Senado na Argentina” (ANTUNES, 2018) onde o projeto de lei foi rejeitado por 38 votos a 31.

FOTO 13 - Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito na Argentina em 2018.



Fonte: TERRA (2018)

A imagem acima retrata a ocupação da Plaza de Mayo, centro político da capital argentina, e passa uma ideia do impacto das mobilizações e do alcance de suas pautas. “Las Increíbles Hulk de la Argentina no tienen sobredosis de músculos, tienen brillantina contra la invisibilización histórica del machismo. El boom de la participación adolescente metió el dedo en la llaga de la crisis de la política tradicional” (PEKER, 2019, p. 32-33), e a aparente derrota inicial no senado não foi suficiente para pará-las.

A Maré Verde seguiu se fortalecendo ao longo do ano e retornou ao parlamento em 2019 e “a ampla mobilização realizada pelas mulheres argentinas se tornou uma referência para feministas de todo o mundo, que lutam para conquistar o mesmo direito” (MANÇANO, 2019), de uma educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar e por fim, o aborto legal para não morrer, lema impresso por milhões de lenços verdes em toda Argentina.

FOTO 14 - Manifestação que inaugurou a jornada de mobilizações pela legalização do aborto na Argentina em 2019



Fonte: Mançano (2019).

Outra face da crescente midiaticização das mobilizações é que “O tratamento legislativo do aborto desviou a atenção midiática da crise econômica, mas também causou importantes divisões internas na aliança governista Mudemos” (CENTENERA, 2019), afirmação com a qual concordou a entrevistada J.K., pesquisadora do movimento de mulheres na Argentina, doutoranda pela Universidade de Federal de Minas Gerais, entrevistada em setembro de 2019 como atividade de pesquisa de campo para a elaboração desse trabalho compreendendo que Macri tem utilizado o debate para ocultar as políticas econômicas que fez. Acontece na Argentina uma disputa pelo sentido da palavra.

J.K. se referiu então às disputas que acontecem no país mobilizadas pelas alianças cristãs e de direita em torno do que chamam de *ideologia de gênero*, e reúnem uma série de medidas contra as pautas feministas e LGBTI+. É recente a direita sair para a rua, é uma cópia do repertório dos movimentos de esquerda, na Argentina os laços verdes se enfrentam com os laços celestes que tem por objetivo colocar os subalternos no lugar, as mulheres, com seus laços verdes, vêm representando o freio a esse movimento neoconservador crescente no país.

A periodista, especializada em gênero, Perker, resume perfeitamente o espírito das reivindicações revolucionárias da Maré Verde argentina:

Hay macromachismos y micromachismo. No hay que dejar de verlos, nombrarlos, visibilizarlos y cambiarlos. El estallido de denuncias sobre abuso, machismo, acoso, maltrato, destrato, crueldad, perversión, estafas, irresponsabilidad afectiva, discriminaciones, violencia psicológica y otras formas de machismo no pueden, ni debe parar. No hay que callar. No hay que aguantar. No hay que tolerar ninguna de las formas de la opresión de varones hacia mujeres (y otras identidades sexuales). No hay que cuidar, proteger, encubrir o aliviar las denuncias hacia los varones. La revolución es un cambio radical e imprescindible y, como toda revolución, es caótica y tiene costos. Esos costos no se pueden pagar en el cuerpo de las mujeres y jóvenes, ni con su salud mental y emocional (PEKER, 2019, p. 205).

Assim, internacionalmente o movimento argentino de mulheres ganhou maior visibilidade, e transcendeu as fronteiras da Argentina, como apontou J.K. durante sua entrevista. As Laços Verdes ficaram famosas, o próprio movimento *Ninguna Menos* que ecoou no Chile e inspirou a Onda Lilás começou com as argentinas. Também lá os encontros anuais de mulheres começaram em 1986 e existe uma cultura de manifestação e protestos, muito além do cenário brasileiro, que somente tomará proporções históricas de mobilizações feministas com o movimento Ele Não, ainda que outras mobilizações já ocorressem no país.

Do mesmo modo, Butler aponta a necessidade de uma democracia como visão política ir além de uma multidão que se reúne e delibera, pois para que de fato haja uma política democrática

[...] é preciso que haja uma oposição às desigualdades existentes e crescentes, a condições de precariedade sempre crescente para muitas populações, tanto local quanto globalmente, e a forma de controle autoritário e securitário que buscam suprimir os processos e movimentos democráticos (BUTLER, 2018, p. 149).

J.K. também apontou que a democracia deliberacionista como está construída historicamente possui grupos silenciados, assim, ocupar e reivindicar os espaços, o ato em si de ocupar um espaço e falar já trouxe avanços democráticos para a Argentina, fato que se observou também nas afirmações acerca das mobilizações realizadas no Chile no início desse subcapítulo.

As mobilizações feministas no Brasil, como já apresentado nos capítulos anteriores, durante o período de redemocratização, denominado terceira onda, esteve principalmente durante o governo PT dentro das estruturas do Estado, ainda que mobilizações seguissem ocorrendo em alguma medida, as principais formas de articulação nesse período foram as Conferências e Comissões de Mulheres.

Em 2016, a campanha misógina contra a então presidenta Dilma Rousseff se torna parte central dos debates de gênero ressaltando a ampliação dos estereótipos de gênero, das visões anti-igualitárias e sexistas de discursos neoconservadores que invadem o debate público, e sua saída do poder leva todo o Estado a níveis calamitosos de exclusão

feminina.

[...] o Estado brasileiro se desresponsabiliza, em larga medida, de sua condição de promotor das relações de gênero mais igualitárias. Isso ocorre com o desmonte de organismos de políticas para mulheres, que têm estrutura e recursos reduzidos. A adoção de uma agenda radical de austeridade também incide negativamente sobre a construção da igualdade de gênero, uma vez que a redução da oferta de equipamentos públicos e de recursos no âmbito da saúde, da educação e da seguridade afeta especialmente as mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado e são, assim, oneradas de maneira singular pela mercantilização e pela transferência de mais responsabilidades para as unidades familiares. Políticas de governo que se definem, ao mesmo tempo, por alianças com setores reacionários e pela ruptura do diálogo com os movimentos feministas também incidem no ambiente social, somando-se a resistências à despatriarcalização e ampliando-as, em vez de fortalecer o papel do Estado na redução das desigualdades e das opressões. Apesar disso, os movimentos feministas têm se fortalecido (BIROLI, 2018, p. 309).

O desmonte dos organismos promotores de políticas públicas para mulheres, a agenda de austeridade que reduz os recursos direcionados as áreas de assistência social e bem como a diminuição da oferta de toda sorte de instituições públicas estruturadas com intuito de maior promoção de justiça social, a exclusão massiva dos quadros feministas das estruturas do Estado somaram-se ainda a resistência aos processos de despatriarcalização com discursos que reivindicam bandeiras neoconservadoras patriarcais, sexistas, e antifeministas contrárias aos Direitos Humanos.

Toda essa mudança radical na forma de ação Estatal atinge o Brasil em um processo que se acentua progressivamente e afeta em especial as categorias políticas nomeadas mulheres. Frente a isso os movimentos feministas voltam às ruas, e retomam sua força em alianças e assembleias populares.

O ápice das mobilizações feministas no ano de 2018 é acionado pelo movimento *Ele Não*, ainda que no mesmo ano outras marchas feministas diferentes tenham acontecido, o movimento se destacou por sua capacidade de mobilização, levando milhares de pessoas às ruas em aproximadamente 114 cidades com especial atenção nas mobilizações de 29 de setembro. Assim como no Chile e na Argentina, não existem dados oficiais acerca da estimativa do alcance total das pessoas em marcha, no entanto, apenas na região do Largo da Batata em São Paulo, aproximadamente 100 mil pessoas tomaram as ruas em seu momento de pico conforme o site BBCNEWS (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018).

A mobilização de 29 de setembro de 2018 é acionada em resistência a uma série de ameaças sofridas pelas dirigentes de grupo existente *online* na rede social *Facebook* denominado *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*. Segundo Becker (2018a), as ativistas sofreram ameaças diretas, tiveram o sigilo de informações pessoais e de familiares

violados, enfrentaram dificuldades para denunciar o caso junto às autoridades e ainda esbarraram com a ausência de caminhos céleres para lidar com esse tipo de crime junto a própria plataforma eletrônica.

Os ataques aconteceram uma semana antes do primeiro turno do pleito eleitoral em que Bolsonaro e Haddad eram os principais candidatos, e acabaram por criar uma reação em cadeia de alcance nacional.

Como as cabeças de Lerna, os polos de articulação foram se regenerando e se multiplicando. Inúmeros grupos de Facebook e eventos convocatórios para protestos foram criados. Logo após o ataque cibernético, no fim de semana do dia 16, as citações às hashtags da campanha #EleNão tiveram seu maior pico no Twitter (...)No Facebook, eventos que convocam protestos contra o candidato do PSL para este sábado, dia 29, se multiplicaram: ao menos em 18 capitais e em outras 65 cidades há registro de mobilização (BECKER, 2018b).

O movimento tomou proporções inesperadas, formando uma coalizão transversal capaz de sair das redes sociais para as ruas, seu grito central era o rechaço das mulheres ao candidato Bolsonaro. Segundo Rossi, Carneiro e Gragnani (2018), as manifestações lideradas pelo movimento Ele Não se tornaram o maior protesto de mulheres da história do Brasil, tendo sido também uma das maiores manifestações contrárias a um candidato da história do país, aproximadamente 114 cidades registraram manifestações além das diferentes cidades ao redor do mundo que também tiveram atos, como Nova York, Lisboa, Paris e Londres.

FOTO 15 – Cinelândia, Rio de Janeiro em ato Ele Não no Brasil.



Fonte: Francisco Proner (MIRANDA, 2018).

FOTO 16 – São Paulo, ato Ele Não, Brasil 2018.



Fonte: Rossi; Carneiro; Gragnani (2018).

Segundo Esther Solano (2018), o ato não foi apenas contra o então candidato, foi também um enfrentamento em proteção à democracia, um ato de cidadania não visto há muito tempo, resposta direta aos autoritarismos por meio da maior mobilização de mulheres que a história do Brasil já viu, uma manifestação que reivindica uma política inclusiva, pela vida, por uma política onde todos caibam em resistência às políticas excludentes e de negação dos bolsonaristas, como ficaram conhecidos os apoiadores de Bolsonaro.

O movimento feminista no Brasil tomou proporções históricas, como no Chile e na Argentina invadiu o cotidiano e o debate político. Essas foram as eleições onde homens e mulheres tiveram registradas as distinções de voto mais acentuadas

Se dependesse dos homens, Bolsonaro sairia do primeiro turno isolado no primeiro lugar. O ex-capitão do Exército tem 37% da intenção de voto deles. Já se dependesse das mulheres, Bolsonaro terminaria empatado com Fernando Haddad. (...) Segundo dados levantados pela BBC News Brasil desde o fim da ditadura militar, nunca houve uma diferença tão grande no voto de homens e mulheres (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018)

Discorrendo acerca da entrada dos movimentos feministas no Estado, seu afastamento após o *impeachment* de Dilma, A.O., doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ex-pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) da UFMG em entrevista realizada em setembro de 2019 narrou exatamente a vivência desse momento e desse afastamento entre homens e mulheres refletido nas urnas.

Segundo a pesquisadora, no governo PT o Estado incorporou os movimentos sociais, por meio das conferências em nível nacional, tomando para si especialmente o tema da violência contra a mulher com o distanciamento dos movimentos sociais por parte do Estado visto após 2016, o que se vê é levante de feministas jovens, radicais, que percebem a distância entre os aparelhos do estado e suas reivindicações.

O que se têm é uma mudança de percepção entre a antiga crença das feministas históricas, para quem era necessário despatriarcalizar o Estado, valendo agora a afirmação de que o Estado não é uma via para se atingir essas reivindicações, é impossível despatriarcaliza-lo. Os últimos anos viram também uma cooptação dos feminismos pelo capitalismo, o que fez ele tornou mais palpável, ser trazido para o dia a dia, e isso foi benéfico até certa medida.

Contudo, conforme A.O., houve um lado negativo, uma individualização, um afastamento do coletivo, a adoção de pensamentos onde o discurso feminista é utilizado até certa medida, onde é mais palatável, independentemente de ser casado com situações

de negação das desigualdades sociais, das interseccionalidades e das reivindicações por justiça social, por exemplo.

Foi incrível de fato a mobilização que as mulheres lograram contra Bolsonaro, no entanto, nesses anos todos que tivemos de fortalecimento, não ter conseguido se organizar mais cedo, com um enfrentamento maior contra Bolsonaro, mostrou as deficiências do movimento feminista no Brasil. Esse enfrentamento foi tardio, só veio com a #elenão já quando se realizava o primeiro turno, e como afirmou A.O., foi por isso mesmo ineficiente.

O movimento Ele Não ter sido tardio foi um fator que apontou também B.C., doutoranda pela Pontífice Universidade Católica (PUC), integrante da Marcha de Mulheres e militante do PT, durante entrevista realizada em setembro desse ano, a influência do movimento de mulheres da Argentina foi marcante também. Segundo a doutoranda, no Brasil também se utilizou os laços verdes, se unindo à pauta de resistência a Bolsonaro, o apoio ao aborto, porém as mobilizações Chilenas não chegariam aqui.

Se afirmou ainda que a discussão feminista é essencial à democracia. Nosso governo democrático respira através de aparelhos e a revolução certamente será feminista. O Ele Não, ainda que tenha encontrado seus limites, foi capaz de apontar esse caminho. Segundo a militante, 2019 foi o ano de reorganização diante da vitória presidencial de Bolsonaro, e resistência em especial frente aos cortes feitos à educação. Mais do que nunca, como as outras entrevistadas, a percepção de que a academia precisa ser traduzida, o feminismo precisa criar as pontes entre os debates de gênero e suas intersecções sem se afastar das vivências dessas mulheres foi central.

Gonzales (2019, p. 98) aponta o caminho escolhido pelas feministas para seguir o enfrentamento, a criação de uma Frente Parlamentar Feminista Antirracista na Câmara dos Deputados que articula deputadas e movimentos populares e tem por objetivo se posicionar para impedir o avanço das propostas que ameaçam Direitos Humanos e de Mulheres, enquanto seguem se realizando as Marchas de Mulheres em diversas cidades ao longo do ano, sendo anunciado para 2020 um encontro feminista nacional no Brasil.

O ponto comum apontado seja pelas entrevistadas, seja pelas bibliografias que acompanharam o movimento de mulheres no Brasil, refletem a capacidade de invenção e resistência das militantes. Certamente a derrota eleitoral apontou fissuras nas atividades desenvolvidas ao longo da última década que não lograram despatriarcalizar o Estado e viram ressurgir uma série de pautas neoconservadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas se buscou destacar o papel dos movimentos feministas não meramente para suas pautas, mas sim demonstrar que o feminismo pode ser visto como a última fronteira democrática em especial por se constituir não apenas como teoria, mas prática, reivindicação corpórea de uma sociedade mais democrática, participativa e equânime com especial papel de resistência frente a movimentos que buscam por freios ao avanço progressista.

Em milênios, diferentes sistemas políticos, regimes, ideologias mantiveram sua perspectiva centrada na dominação masculina e no controle das mentes e corpos das mulheres. As conquistas iniciais das mulheres são historicamente muito recentes e remontam à primeira onda feminista marcada pelas sufragistas e sua luta pelo direito ao voto feminino. As reivindicações feministas acompanharam as principais lutas por inclusão, justiça e equidade e, em momentos de retrocesso, foram suas conquistas as principais atacadas.

Assim, em um momento no qual a democracia entra em crise em diferentes partes do mundo, conforme apontado no trabalho, verificamos que as porta-vozes de uma política libertária são as mulheres. No caso, ao olharmos para o Cone Sul, em especial para os casos de Argentina, Brasil e Chile o papel dos movimentos feministas foi fundamental como reação a esta onda de obscurantismo recente.

A pesquisa aqui desenvolvida não teve por fim esgotar todos os temas que abordou, porém teve por intuito apontar o início de aportes possíveis as pesquisas futuras, destacando em especial a relevância da teoria e do movimento feminista.

Enquanto esse trabalho foi desenvolvido, inúmeros embates e perturbações abalaram os cenários democráticos nos três países. Na Argentina a crise econômica e política se aprofunda e o governo Macri perdeu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno, para Alberto Fernández tendo como vice-presidenta Cristina Kirchner que retorna ao poder executivo argentino.

No Brasil o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, lésbica e negra, assassinada em 2018 por milicianos e que segue sem trânsito em julgado, viu envolvido o nome do presidente do país Jair Bolsonaro nas investigações, com declarações do porteiro de seu prédio de que momentos antes do assassinato, um dos principais suspeitos do crime poderia tê-lo visitado em seu apartamento.

Ainda na sexta-feira, 8 de novembro, após o Supremo Tribunal Federal rever sua decisão prolatada anteriormente às vésperas do pleito eleitoral de 2018,

permitindo então a prisão de condenados em segunda instância, ainda que não transitado em julgado os processos, o ex-presidente Lula é posto em liberdade.

Enquanto isso, o Chile é abalado por uma crise democrática que leva as ruas centenas de milhares de pessoas, em um movimento iniciado nos anos anteriores e que na articulação entre estudantes, servidores públicos e outras categorias se vê fortalecido, tendo mesmo articulado uma greve geral no país e inúmeras manifestações, reivindicando maior justiça social, pressionando o governo de Sebastián Piñera, que respondeu com as forças militares nas ruas em combate à população, e agora já se contabilizam mortos em decorrência dessa ação.

Frente às mobilizações se propõem um processo de plebiscito a fim de definir a elaboração uma nova Constituição para o país em 2020, pois até hoje o país é regido por uma norma constitucional herdada do governo ditatorial de Pinochet, bem como implementações de políticas públicas de promoção de justiça social.

Fato é que o momento atual é central aos três países estudados, e muito há de se falar acerca do momento que vivemos. Infelizmente, não é possível abordar em um único trabalho todos os elementos passados e presentes que nos permitiriam abarcar a complexidade das relações estudadas, no entanto, a presente pesquisa aponta, com esperança, um caminho em construção, de resistência, luta e coragem com base em uma nova ética e em reivindicações feministas democráticas.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. Neoliberalismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther S. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. In: Vários Autores. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTUNES, Leda. **Mulheres argentinas seguem mobilizadas pela descriminalização do aborto legal**. Huff Post Brasil, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/27/mulheres-argentinas-seguem-mobilizadas-pela-descriminalizacao-do-aborto-legal_a_23541515/>. Acesso em 06 nov. 2019.

ÁVILA, Maria B. Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia. In: Conferência realizada no **X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe**. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/betania-radicalizacao.pdf> Acesso em 01 nov. 2019.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BECKER, Fernanda. **“Mulheres Contra Bolsonaro”, os dilemas de ser ativista no Facebook**. El País Brasil, 21 set. 2018a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/18/politica/1537306482_201081.html>. Acesso em 06 nov. 2019.

BECKER, Fernanda. **#EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas**. El País Brasil, 30 set. 2018b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html>. Acesso em 06 nov. 2019.

BIROLI, Flávia. Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres**. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BOENAVIDES, Débora L. P. Resignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.27, n.2, 2019.

BORGES, Helena. 1968: Mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo. **O GLOBO**. 10 jun. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/1968-mulheres-que-lutaram-contra-ditadura-contra-machismo-22759477>>. Acesso em 29 out. 2019.

BORGES, Joana V. Militâncias feministas e ditaduras em Brasil e Argentina. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC, PPGH, 2011. Disponível em:

<<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/408/330>>. Acesso em: 29 out. 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith P. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. F. **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BUTLER, Judith P. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith P. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABRAL, Ricardo C. **A crise da dívida soberana europeia**. Natal/RN: Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Curso de Graduação em Ciências Econômicas, 2014. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1355/1/Acrisedad%C3%ADvidasoberana_Monografia.pdf>. Acesso em 05 nov. 2019.

CÁCERES, Maricela G.; MAYO Augusto R. P. Las Epistemologías Feministas y la Teoría de Género. Cuestionando su carga ideológica y política versus resolución de problemas concretos de la investigación científica. **Revista de Epistemología de Ciencias Sociales - Las Epistemologías Feministas y la Teoría de Género**. Universidad de Chile, 2004.

CARMO, Marcia. **Como a pressão das mulheres abriu caminho para a legalização do aborto na Argentina**. De Buenos Aires para a BBC News Brasil, 14 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44485436>>. Acesso em 06 nov. 2019.

CASSEB, Fabio. Conquista do voto feminino no Brasil completa 86 anos. **União Geral dos Trabalhadores - UGT**. 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.ugt.org.br/post/18748-Conquista-do-voto-feminino-no-Brasil-completa-86-anos>>. Acesso em 29 out. 2019.

CENTENERA, Mar. **Campanha em prol do aborto legal na Argentina faz novo protesto nacional**. El País, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/19/internacional/1550608297_024470.html>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, University of California, Los Angeles, v. 10, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

CUÉ, Carlos E. Sebastián Piñera ganha as eleições presidenciais do Chile, Sebastián

Piñera ganha as eleições presidenciais do Chile. **EL PAIS**, Santiago do Chile, 18 dez 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/17/internacional/1513524486_934861.html>. Acesso em 14 jul. 2019.

CURIEL, Ochy. Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos. **Biblioteca Digital**, Repositorio Institucional Universidad Nacional de Colombia, 2014. Disponível em: <<http://bdigital.unal.edu.co/39755/>>. Acesso em: 29 out. 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

DICIO. **Sexualidade**. Dicionário online da língua portuguesa. 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sexualidade/>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

EL DESCONCIERTO. “La movilización más grande de la historia”: **Coordinadora 8M realiza balance de huelga feminista y cifra en 800 mil mujeres movilizadas**. 09 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.eldesconcierto.cl/2019/03/09/la-movilizacion-mas-grande-de-la-historia-tiene-rostro-de-mujer-coordinadora-8m-realiza-balance-de-huelga-feminista-y-cifra-en-800-mil-mujeres-movilizadas-a-nivel-nacional/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

EM - ESTADO DE MINAS. **Argentina tem novo presidente: o liberal da direita Mauricio Macri**. 22 nov. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/11/22/interna_internacional,710482/argentina-tem-novo-presidente-o-liberal-mauricio-macri.shtml>. Acesso em 14 jul. 2019.

ENCUENTRODEMujERES. Historia del encuentro. **Anais electrónicos 34 Encuentro Nacional de Mujeres**, La Plata, 2019. Disponível em: <<http://encuentrodemujeres.com.ar/historia-del-encuentro/>>. Acesso em 30 out. 2019.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Portugal: Afrontamento, 1995.

EXAME. **Chile: aprovação a governo de Piñera cai para 27% em um ano, diz pesquisa**. 27 mai. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/chile-aprovacao-a-governo-de-pinera-cai-para-27-em-um-ano-diz-pesquisa/>>. Acesso em 14 jul. 2019.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso de Collège de France**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GALLEGO, Esther S. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GEARINI, Victória. 5 fatos perturbadores sobre a ditadura Pinochet. **Aventuras na História**. 27 out. 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/historia-5-atrocidades-ditadura-pinochet.phtml>>. Acesso em 29 out 2019.

GENRO, Luciana. Da caça às bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta. Revista Movimento, 02 jun. 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/>>. Acesso em 05 nov. 2019.

GESTAR. **1 de mayo de 1952 – Último discurso de Eva Perón**. 2018. Disponível em: <<http://gestar.org.ar/nota/ver/id/1365>>. Acesso em 28 out. 2018.

GONZALEZ, Débora De Fina. **Quando feminismos e estado se encontram (?) Brasil e Chile no 'ciclo progressista**. Campinas/SP: Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

GONZÁLEZ, Enric. **Um agosto horrível para a Argentina marca o fim de mandato agônico de Macri**. El País, Buenos Aires, 01 sep. 2019, 22:23. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/31/internacional/1567274669_871254.html>. Acesso em 04 nov. 2019.

HERNÁNDEZ, Luiz T. **Un feminismo desde el Sur Las masivas movilizaciones de mujeres en Chile**. Brecha, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://brecha.com.uy/feminismo-desde-sur>>. Acesso em 05 nov. 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INFOPÉDIA. **Sexualidade**. Dicionário online da língua portuguesa. 2003-2019, Ed. Porto. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/SEXUALIDADE>>. Acesso em 17 jul. 2019.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. 9ª ed. Bogotá/Colômbia: Tabula Rasa, 2008.

LUNA, Patricia. **El mayo del 2018 chileno: la revolución feminista se toma la**

educación y la calle en Chile. France 24, 17 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20180517-chile-revolucion-feminista-educacion-protestas>>. Acesso em 05 nov. 2019.

MACÊDO, Márcia dos S. Feminismo e pós-modernidade como discutir essa relação?. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela M. F. **Gênero, mulheres e feminismos.** Salvador: EDUFBA; NEIM, 2011.

MANÇANO, Luiza. **Um ano após "maré verde", argentinas voltam às ruas pela legalização do aborto.** Brasil de Fato, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/2019/02/19/um-ano-apos-mare-verde-argentinas-voltam-as-ruas-pela-legalizacao-do-aborto/>>. Acesso em 06 nov. 2019.

MARCÓ, Nina B. **Historia sobre los encuentros nacionales de mujeres.** 2018. Disponível em: <https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/18_2.pdf> Acesso em: 30 out. 2019.

MARIANO, Silvana A. Feminismo e estado: desafiando a democracia liberal. **Revista Mediações**, Londrina, v. 6, 2001.

MENCATO, Stephany. **Entrevistas.** As Entrevistas foram concedidas por J.K., A.O. e B.C. à Stephany Mencato, com apoio do edital PROGRAD n. 119 de 09 ago. 2019, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais em set, 2019.

MENDOS, Lucas R. **State-Sponsored Homophobia 2019.** 13ª ed. Geneva: ILGA, 2019.

MENEZES, Cristiane P.; NEDEL, Nathalie K. Os movimentos sociais contemporâneos e as novas dimensões da política: o ciberativismo e sua importância no cenário brasileiro. **Anais do XII seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea e II mostra nacional de trabalhos científicos.** Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14558>>. Acesso em 01 nov. 2019.

MIGUEL, Luis F; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis F. Os três eixos da extrema-direita brasileira. In: GALLEGU, Esther S. **O ódio como política: reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MODZELESKI, Alessandra. Governo Temer tem aprovação de 4% e reprovação de 79%, diz pesquisa Ibope. **G1**, Brasília, 28/06/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml>>. Acesso em 14 jul. 2019.

MONTESANTI, Beatriz. Por que a ditadura argentina roubava crianças de militantes contrários ao regime. **NEXO**, 01 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/07/01/Por-que-a-ditadura-argentina-roubava-crian%C3%A7as-de-militantes-contr%C3%A1rios-ao-regime>>. Acesso em 29 out. 2019.

MOSTRADOR, El. **Desbordante movilización feminista concentra a varios cientos de**

miles de personas en Santiago y regiones. 5 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.elmostrador.cl/destacado/2019/03/08/desbordante-movilizacion-feminista-concentra-a-varios-cientos-de-miles-de-personas-en-santiago-y-regiones/>>. Acesso em 06 nov. 2019.

MUSEOHISTORICOLASERENA. **Mujeres con el derecho de voz y voto. Voto femenino en Chile.** 08/03/2016. Disponível em: <https://www.museohistoricolaserena.gob.cl/633/w3-article-56777.html?_noredirect=1>. Acesso em 29 out. 2018.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil.** 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

OYARZUN, Paz. **Huelga General Feminista del 8 de marzo: Las 10 demandas que exige el movimiento.** MEGANOTICIAS, 04 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.mega.cl/noticias/tendencias/252726-marcha-feminista-8-de-marzo-2019-chile-demandas.html>>. Acesso em 06 nov. 2019.

PAREDES, Julieta C.; GUZMÁN, Adriana A. **El tejido de la rebeldía. Qué es el feminismo comunitario?** La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.

PASSARINHO, Nathalia. **Palácio do Planalto divulga foto oficial da presidente Dilma Rousseff.** 14/01/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/01/palacio-do-planalto-divulga-foto-oficial-da-presidente-dilma-rousseff.html>>. Acesso em 03 nov. 2019.

PAULA, Adriana das G. Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil). **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.** 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/PAULA_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em 29 out. 2019.

PERKER, Luciana. **La revolución de las hijas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2019.

PHFDNARGENTINA. **Personalidade da Argentina (Cristina Kirchner).** Festa Das Nações – Argentina. Disponível em: <<http://phfdnargentina.blogspot.com/2014/10/personalidade-da-argentina.html>>. Acesso em 30 out. 2019.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociologia Política,** Curitiba, v. 18, n. 36, 2010.

PINTO, Isabela F. **A União Europeia e a crise da dívida pública.** Monografia (Graduação em Economia). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2013. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Isabela_Freire_Pinto.pdf>. Acesso em 05 nov. 2019.

POZZI, Sandro. **Bolha imobiliária: dez anos do gatilho da crise que parou o mundo.** El País, 07 ago. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/economia/1501927439_342599.html>. Acesso

em 05 nov. 2019.

QUINALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. ed. 4. Portugal: Gradiva, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>>. Acesso em 10 out. 2019.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.13, n. 24, p. 99 - 104, 2016.

ROBERTS, Stephanie. **El movimiento de mujeres y anamuri: un estudio de caso**. Valparaíso: Cultura, Desarrollo y Justicia Social, 2007.

RODRIGUEZ, José R. Democracia e Feminismo: Qual racionalidade?. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 114, 2017.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia D.; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. BBCNEWS, 30 setembro 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em 10 jul. 2019.

ROURA, Ana M. **Protestos no Chile: as rachaduras no modelo econômico do país expostas pelas manifestações**. BBC News Mundo, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50214126>>. Acesso em 05 nov. 2019.

RUDNITZKI, Ethel. De onde veio e para onde vai o feminismo argentino. **Agência Jovem de Notícias**. 12 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.agenciajovem.org/wp/de-onde-veio-e-para-onde-vai-o-feminismo-argentino/>>. Acesso em 29 out. 2019.

SANCHEZ, Beatriz R. Teorias da democracia: embates entre Chantal Mouffe e Seyla Benhabib. **Anais eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499112346_ARQUIVO_Teoriasfeministasdademocracia.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SANTAMARÍA, Ramiro; SALGADO, Judith; VALLADARES, Lola. El género en el derecho, ensayos críticos. **Serie justicia y derechos humanos; neoconstitucionalismo y sociedad**. Quito, Ecuador: Ministerio de justicia y derechos humanos, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

SCHUMAHER, Schuma. Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E. **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres**. Porto Alegre/RS: Zouk, 2018.

SENADO. **Causas da crise na Europa (o problema fiscal e a enorme dívida pública) e as consequências (piora na relação dívida pública / PIB, reservas baixas e o aumento das taxas de desemprego)**. Revista de audiências Públicas do Senado Federal, ano 4, n. 16, jul. 2013. Disponível em:

<<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/contas-publicas/mundo/causas-da-crise-na-europa-o-problema-fiscal-enorme-divida-publica-consequencias-reservas-baixas-o-aumento-das-taxas-de-desemprego-divida-publica-em-relacao-ao-pib.aspx>>.

Acesso em 04 nov. 2019.

SEPÚLVEDA, Paulina. **A un año del mayo feminista que remeció Chile, ¿cuál es su legado?**. Qué Pasa, 3 MAY 2019. Disponível em: <<https://www.latercera.com/que-pasa/noticia/mayo-feminista-en-chile/648290/>>. Acesso em 05 nov. 2019.

SOLANO, Esther. **Mulheres contra Bolsonaro deram resposta ao autoritarismo, diz Esther Solano**. Entrevista por Tiago Pereira, Rede Brasil Atual, 01 out. 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/10/mulheres-contra-bolsonaro-foi-resposta-contra-o-autoritarismo-diz-esther-solano/>>. Acesso em 06 nov. 2019.

TERRA, Marina. **As argentinas e seus lenços verdes estão fazendo uma revolução**. Opera Mundi, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49565/as-argentinas-e-seus-lencos-verdes-estao-fazendo-uma-revolucao>. Acesso em 06 nov. 2019.

TOLEDO, César de A. A. de; GONZAGA, Maria T. C. G. **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011.

TRE-PR. 24 de fevereiro: Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil. **Tribunal Regional do Paraná**. 23 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1>>. Acesso em 29 out. 2019.

URREJOLA, José. **A crise do milagre chileno**. 01 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-crise-do-milagre-chileno/a-51083368>>. Acesso em 05 nov. 2019.

VALDÉS, Teresa. **Chile se viste de morado: las históricas demandas feministas que marcan este 8M**. Entrevista concedida a Pilar León Pardo. Diario U Chile, ano XI, 6 nov. 2019, publicado em 7 mar. 2019. Disponível em: <<https://radio.uchile.cl/2019/03/07/chile-se-viste-de-morado-las-historicas-demandas-feministas-que-marcan-este-8m/>> Acesso em 03 nov. 2019.

VALOR. **Pesquisa mostra pior nível de aprovação de presidente argentino**. 23 jul. 2018 às 19h22. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5680253/pesquisa-mostra-pior-nivel-de-aprovacao-de-presidente-argentino>>. Acesso em 14 jul. 2019.

WOITOWICZ, Karina, J; PEDRO, Joana M. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Espaço Plural**, Cascavel, vol. X, n. 21, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574>>. Acesso em 29 out. 2019.

YOUNG, Iris M. **Representação política, identidade e minorias**. São Paulo: Lua Nova, 2006.